

1 **942ª Sessão do Conselho Universitário.** Ata. Aos cinco dias do mês de julho  
2 de dois mil e onze, às catorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, em  
3 sessão extraordinária, na Sala do Conselho Universitário, na Cidade  
4 Universitária “Armando de Salles Oliveira”, sob a presidência do Magnífico  
5 Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas e com o comparecimento dos seguintes  
6 Senhores Conselheiros: Marco Antonio Zago, Maria Arminda do Nascimento  
7 Arruda, Telma Maria Tenório Zorn, Modesto Florenzano, Sérgio França Adorno  
8 de Abreu, Antonio Magalhães Gomes Filho, Teresa Ancona Lopez, Nicolau  
9 Reinhard, Adalberto Américo Fischmann, Marcelo de Andrade Roméro, Ana  
10 Lúcia Duarte Lanna, Mauro Wilton de Sousa, Elizabeth Nicolau Saad Corrêa,  
11 Lisete Regina Gomes Arelaro, Marcelo Giordan Santos, Antonio Carlos  
12 Hernandez, Tito José Bonagamba, Renato de Figueiredo Jardim, Alejandro  
13 Szanto de Toledo, José Roberto Cardoso, Lucas Antonio Moscato, Geraldo  
14 Roberto Martins da Costa, Paulo Seleglim Junior, José Otávio Costa Auler  
15 Júnior, Euclides Ayres de Castilho, Benedito Carlos Maciel, Marcos Felipe Silva  
16 de Sá, Fernando Rei Ornellas, Ivano Gebhardt Rolf Gutz, Albérico Borges  
17 Ferreira da Silva, Artur de Jesus Motheo, Flávio Ulhoa Coelho, Pedro Alberto  
18 Morettin, Jacques R. Daniel Lépine (Decano), Fernando Brenha Ribeiro,  
19 Colombo Celso Gaeta Tassinari, Paulo Roberto dos Santos, Jorge Mancini  
20 Filho, Maria Inês Rocha Miritello Santoro, Rui Curi, Carlos Frederico Martins  
21 Menck, Welington Braz Carvalho Delitti, Alberto Augusto Gonçalves de Freitas  
22 Castro Ribeiro, Marisa Aparecida Bismara Regitano D’arce, Joaquim José de  
23 Camargo Engler, José Antonio Visintin, Leonardo José Richtzenhain, Diná de  
24 Almeida Lopes Monteiro da Cruz, Silvia Helena de Bortoli Cassiani, Maria  
25 Helena Palucci Marziale, Osvaldo Luiz Bezzon, Janete Aparecida Anselmo  
26 Franci, José Carlos Pereira, Luiz Fernando Pegoraro, Rodney Garcia Rocha,  
27 Carlos de Paula Eduardo, Emma Otta, Leny Sato, Salvador Airton Gaeta,  
28 Belmiro Mendes de Castro Filho, Sebastião de Sousa Almeida, Francisco de  
29 Assis Leone, Carlos Eduardo Negrão, Maria Tereza Silveira Böhme, Maria  
30 Vitória Lopes Badra Bentley, João Luis Callegari Lopes, Paulo Antonio de  
31 Carvalho Fortes, Sueli Gandolfi Dallari, Douglas Emygdio de Faria, Elisabete  
32 Maria Macedo Viegas, Sigismundo Bialoskorski Neto, Walter Belluzzo Júnior,  
33 Nei Fernandes de Oliveira Júnior, Durval Rodrigues Júnior, Ignácio Maria  
34 Poveda Velasco, Heleno Taveira Torres, Valdir José Barbanti, Maria Regina  
35 Torqueti Toloí, Carlos Alberto Ferreira Martins, Maria Hermínia Tavares de  
36 Almeida, Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira, José Roberto Machado  
37 Cunha da Silva, Renato Janine Ribeiro, Marcos Nascimento Magalhães,  
38 Manoel Fernandes de Souza Neto, Mariana Aldrigui Carvalho, Sedi Hirano,  
39 Nilson Dias Vieira Junior, José Tadeu Jorge, Leny Pereira Sant’Anna, Antenor  
40 Cerello Junior, José Luiz Borges Andreoli, Marcello Ferreira dos Santos, Dário  
41 Ferreira Sousa Neto, Júlio Arantes Azevedo, Alexandre do Nascimento Souza,  
42 Leandro Salvático Freitas da Silva, Eliane Gomes dos Santos, Caio Santiago  
43 Fernandes Santos, Roberto Rubem da Silva Brandão, Fellipe Brigatto Moreira,  
44 Gustavo Rodovalho Boriolo, presente, também, o Prof. Dr. Rubens Beçak,  
45 Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo  
46 substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Sandra  
47 Margarida Nitrini, Reinaldo Guerreiro, Fábio Frezatti, Maria Dora Genis Mourão,  
48 Luiz Nunes de Oliveira, Giovanni Guido Cerri, Walter Ribeiro Terra, Fábio Luiz  
49 Teixeira Gonçalves, Tércio Ambrizzi, Marcos Egydio da Silva, Luiz Roberto  
50 Giorgetti de Britto, Elizabeth Höfling, José Vicente Caixeta Filho, Teresa Lúcia

51 Colussi Lamano, Vera Silvia Raad Bussab, Michel Michaelovitch de Mahiques,  
52 Maria Augusta Peduti Dal'molin Kiss, Sérgio de Albuquerque, Helena Ribeiro,  
53 Domingos Sávio Giordani, Luiz Eugenio Garcez Leme, José Arana Varela,  
54 Fábio de Salles Meirelles, Abram Szajman, Vinícius Moraes da Cunha e Antonio  
55 Carlos Souza de Carvalho. Justificaram, ainda, suas ausências os  
56 Conselheiros: Helio Nogueira da Cruz, Vahan Agopyan, José Carlos  
57 Maldonado, Caetano Traina Junior, Dulce Maria Rosa Gualda, José Jorge  
58 Boueri Filho, Edson Roberto Leite, João Bosco Nunes Romeiro, João  
59 Guilherme Sabino Ometto, Alexandre Pariol Filho, André Luis Orlandin,  
60 Leandro Amorim Rosa, Patrícia Burgos de Oliveira Leite, Sara Pini Faleiros,  
61 Ricardo Luiz Soares Costa e Barbara Regina Bouças Pontes. Havendo número  
62 legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor declara aberta a sessão, colocando  
63 em discussão e votação a Ata da 941ª sessão, da reunião do Conselho  
64 Universitário realizada em 28.06.2011. A **Cons.ª Maria Vitória Lopes Badra**  
65 **Bentley** solicita correção na linha 30, onde consta seu nome como presente à  
66 sessão sendo que não compareceu. O **Cons. Manoel Fernandes de Sousa**  
67 **Neto** pergunta se qualquer membro que tenha participado das sessões pode  
68 retirar da ata determinadas expressões ou falas que por ventura não queira que  
69 sejam registradas. O **Prof. Dr. Rubens Beçak**, Secretário Geral, responde que  
70 a Secretaria Geral faz sempre a transcrição completa das falas e somente  
71 quando existem expressões ofensivas é que não são transcritas. O **M. Reitor**  
72 diz que, em sua opinião, ata não é transcrição *verbatim*, ou seja, não é  
73 transcrição de todas as palavras, mas, o Conselheiro que quiser fazer alguma  
74 observação, na medida do possível, será levada em consideração, pois  
75 realmente algumas vezes a transcrição literal não seria a melhor. Diz ao Cons.  
76 Manoel Fernandes de Sousa Neto que se ele tiver alguma correção da sua  
77 fala, poderia encaminhá-la e que se faria o possível para considerar, desde que  
78 não for completamente distinto, mas uma simplificação. O **Cons. Manoel**  
79 **Fernandes de Sousa Neto** diz que já segue essas normas todas as vezes que  
80 solicita retificação das suas falas e que era somente uma dúvida que gostaria  
81 que fosse esclarecida, para garantir, efetivamente, que se possa ter mais  
82 clareza nas discussões. O **M. Reitor** decide adotar a regra de que os  
83 Conselheiros poderão ter em suas falas uma certa direção, naquilo que for  
84 escrito, dentro do limite razoável e do bom senso. Não havendo mais  
85 manifestações, a Ata é aprovada por unanimidade. Ato seguinte, o **M. Reitor**  
86 passa a palavra ao Secretário Geral para apresentação dos novos membros.  
87 **Prof. Dr. Rubens Beçak**: "Representante de Congregação: Prof.ª Dr.ª Dulce  
88 Maria Rosa Gualda (EE)." **M. Reitor**: "Embora tenha sido feito uma pauta,  
89 simplesmente para balizar, ela nada mais é do que a pauta anterior, já com  
90 aquela reformulação de curso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de  
91 Ribeirão Preto, que não constou da pauta passada, como foi dito, por um lapso  
92 e não havia razão para não constar desta. Fizemos uma pauta suplementar a  
93 tempo, distribuímos e retomaremos de onde paramos. Estávamos na questão  
94 da votação dos destaques apresentados quando da aprovação da proposta de  
95 progressão horizontal dos docentes. Lembro que essa proposta foi aprovada  
96 por maioria regimental e no momento, com o intuito simplesmente de poder  
97 fazer, na medida do possível, um grande encontro de idéias ou um acordo,  
98 fizemos uma tentativa de juntar quase a totalidade das sugestões que foram  
99 tomadas em um substitutivo, que foi distribuído mais amplamente. Esse

100 substitutivo, se tiver a maioria, irá substituir o anterior. Se não tiver a maioria,  
101 fica aprovado o que estava no anterior. O objetivo de se fazer esse substitutivo  
102 foi tentar juntar nessa solução de compromisso que estamos aprovando por  
103 dois anos, com quase todos os destaques incorporados, e que vigorariam  
104 nesses dois anos e serviriam, também, para um aprendizado prático. Então, o  
105 Conselho decidirá qual será a solução permanente, que pode ser diferente ou  
106 igual a essa, mas só daqui há dois anos. Isso é uma solução de compromisso,  
107 muito comum em grandes Assembléias como essa em que, de um lado,  
108 poderíamos aprovar a maior parte dos destaques e de outro, de certa forma,  
109 contentaríamos a demanda de cerca de 3.000 professores que diariamente  
110 perguntam à Reitoria quando serão reenquadrados e, portanto, perceber a  
111 diferença a que, em tese, fazem jus, pela mudança estatutária feita há mais de  
112 dois anos.” Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à **Parte II – Ordem do Dia.**  
113 **CADERNO I – VOTAÇÃO DOS DESTAQUES APRESENTADOS QUANDO**  
114 **DA APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA PROGRESSÃO HORIZONTAL DOS**  
115 **DOCENTES. Texto consolidado com as propostas apresentadas na**  
116 **sessão de 28.06.2011. I - Da Comissão Central e das Comissões de**  
117 **Avaliação Setorial** - Art. 1º - Ficam instituídas no âmbito da Universidade de  
118 São Paulo a Comissão Central de Avaliação para Progressão de Nível na  
119 Carreira Docente (CCAD) e as Comissões de Avaliação Setorial (CAS), que  
120 terão a incumbência de sistematizar e aplicar as normas do processo de  
121 avaliação para a progressão dos docentes para os níveis de Professor Doutor 2  
122 e Professor Associado 2 e 3, na forma dos art. 76 e 78 do Estatuto. Art. 2º - A  
123 Comissão Central será composta por nove membros, pertencentes aos  
124 quadros da USP, eleitos pelo Conselho Universitário, com a seguinte  
125 distribuição: I – Três membros das Ciências Exatas e Tecnológicas; II - Três  
126 membros das Ciências Biológicas e da Saúde; III – Três membros das  
127 Humanidades e Sociais; § 1º - Os membros da Comissão Central terão  
128 mandato de três anos, renovados anualmente pelo terço, dentro de cada inciso,  
129 permitida uma recondução. § 2º - Os membros da CCAD deverão ser  
130 Professores Titulares ou Associados 3. § 3º - As Congregações das Unidades  
131 ou Conselhos Deliberativos dos Museus e Institutos Especializados elaborarão  
132 listas tríplices e as encaminharão ao Conselho Universitário, anualmente, para  
133 que se proceda à eleição. Art. 3º - As Comissões de Avaliação Setorial serão  
134 compostas por docentes da Universidade de São Paulo, professores titulares  
135 ou professores Associados 3, eleitos pela CCAD, a partir de listas tríplices  
136 elaboradas pelas Congregações das Unidades ou Conselhos Deliberativos dos  
137 Museus e Institutos Especializados. §1º - O número de membros de cada CAS,  
138 considerada a abrangência e o número de cursos oferecidos pela USP relativos  
139 à sua área de atuação, será definido pela CCAD, entre um mínimo de 5 e um  
140 máximo de 11 docentes, sempre em número ímpar. §2º - Cada Comissão só  
141 poderá contar com, no máximo, metade de seus membros provenientes de  
142 uma mesma Unidade, Museu ou Órgão de Integração. § 3º - Os membros das  
143 CAS terão mandato de dois anos, permitida uma recondução. **II - Das**  
144 **atribuições das Comissões** - Art. 4º - Compete à Comissão Central de  
145 Avaliação (CCAD): I – aprovar os critérios e elementos de avaliação propostos  
146 pelas Comissões Setoriais Temáticas, bem como seus respectivos pesos,  
147 válidos para cada uma das áreas, zelando para que as CAS considerem  
148 equilibradamente e de forma integrada as atividades de ensino de graduação e

149 pós-graduação, de pesquisa, de cultura e extensão universitária e de gestão  
150 acadêmica; II – deliberar sobre a criação, extinção ou modificação das  
151 Comissões de Avaliação Setorial, com o objetivo de atender as características  
152 próprias de cada área de conhecimento; III – Indicar, nos termos do Artigo 3º,  
153 os membros das Comissões de Avaliação Setorial, que terão mandato de dois  
154 anos, permitidas reconduções; IV – Deferir as inscrições dos interessados; V -  
155 Homologar os pareceres conclusivos das Comissões de Avaliação Setorial; VI  
156 – Decidir, em última instância, sobre os pedidos de reconsideração, ouvida a  
157 Congregação da Unidade ou o Conselho Deliberativo do Museu ou Órgão de  
158 Integração em que lotado o interessado. Art. 5º - Compete às Comissões de  
159 Avaliação Setorial: I – Sistematizar, a partir de propostas oriundas das  
160 Congregações das Unidades ou Conselhos Deliberativos dos Museus e  
161 Institutos Especializados, os critérios e elementos de avaliação a serem  
162 adotados na sua área, bem como seus respectivos pesos, submetendo-os à  
163 aprovação da CCAD; II – Designar, entre seus membros, um relator para cada  
164 solicitação submetida à CAS; III - Indicar os assessores *ad hoc* para emissão  
165 de parecer circunstanciado sobre as atividades do candidato, escolhidos dentre  
166 especialistas da área indicada, retirados de listas encaminhadas pelas  
167 Congregações das Unidades ou Conselhos Deliberativos dos Museus e  
168 Institutos Especializados; IV – Designar, se julgar necessário, mediante decisão  
169 da maioria absoluta de seus membros, novos assessores *ad hoc*, nos termos  
170 do inciso anterior. V – Emitir, de forma circunstanciada, o parecer conclusivo  
171 sobre a solicitação de progressão do candidato. **III - Do Processo de**  
172 **Avaliação** - Art. 6º - As inscrições para progressão para os níveis de Professor  
173 Doutor 2 e Professor Associado 2 e 3 serão abertas duas vezes ao ano, em  
174 março e agosto. Parágrafo único - O candidato que tiver seu pedido de  
175 progressão recusado numa sessão somente poderá reapresentá-lo no ano  
176 seguinte. Art. 7º - Para a progressão prevista no art. 76, § 3º, do Estatuto, são  
177 requisitos: I – ser Professor Doutor 1 para postular a progressão para o nível de  
178 Professor Doutor 2; II – ser Professor Associado 1 para postular a progressão  
179 para o nível de Professor Associado 2; III – ser Professor Associado 2 para  
180 postular a progressão para o nível de Professor Associado 3; IV – apresentar  
181 requerimento de inscrição, por intermédio da Diretoria da Unidade, com a  
182 ciência do Chefe do Departamento ou equivalente, indicando a Comissão de  
183 Avaliação Setorial que deverá examinar seu memorial e a área de  
184 especialidade que deverá ser considerada na escolha dos assessores *ad hoc*.  
185 V – anexar ao requerimento memorial circunstanciado, em uma via impressa e  
186 em formato eletrônico, que demonstre a existência de atividades acadêmicas,  
187 destacando aquelas posteriores à última progressão de nível ou  
188 enquadramento em categoria docente superior, observado o interstício  
189 preferencial de cinco anos; Parágrafo único – Sendo direito do docente pleitear  
190 a progressão, não podem a chefia do Departamento ou a Diretoria da Unidade,  
191 Museu ou Órgão de Integração deixar de encaminhar seu pedido à CCAD. Art.  
192 8º - A CAS providenciará a indicação de assessores *ad hoc* para cada  
193 candidato inscrito, procedendo à competente publicação no Diário Oficial do  
194 Estado. §1º – Para cada candidato, serão indicados para emissão de parecer  
195 três assessores *ad hoc*, sendo um pertencente à própria Unidade, Museu ou  
196 Órgão de Integração do docente e dois externos à Unidade, Museu ou Órgão  
197 de Integração, podendo ser convidados pareceristas externos à USP, desde

198 que se comprometam a emitir seu parecer no prazo mencionado no art. 9. §2º -  
199 O processo de avaliação deverá ser concluído no prazo máximo de 120 dias, a  
200 contar da data de publicação do deferimento de inscrição no Diário Oficial do  
201 Estado. Art. 9º - Os assessores terão 30 dias para emissão do parecer,  
202 podendo requisitar à CAS, dentro deste prazo, documentos comprobatórios das  
203 atividades relacionadas no memorial. Art. 10 – Recebidos os pareceres dos  
204 assessores, a CAS designará um relator para emitir um parecer conclusivo  
205 recomendando ou não a progressão de nível solicitada. Art. 11 – O parecer  
206 conclusivo, que fará referência aos pareceres *ad hoc* mesmo que não os siga,  
207 deverá ser aprovado pela maioria dos membros da CAS e posteriormente  
208 encaminhado para homologação da CCAD. Art. 12 – Uma vez homologado  
209 pela CCAD, o parecer conclusivo será dado ao conhecimento do candidato,  
210 ficando assegurado o direito de solicitar reconsideração da decisão, no prazo  
211 máximo de 60 dias. §1º – Os pedidos de reconsideração serão analisados pela  
212 CCAD, consultada a CAS pertinente, no prazo máximo de 45 dias. §2º - O  
213 julgamento da reconsideração deverá passar por pareceristas *ad hoc* e  
214 relatores diferentes dos que atuaram no primeiro julgamento. **IV - Da Avaliação**  
215 - Art. 13 - A avaliação para a progressão de nível na carreira docente se dará  
216 por meio de análise qualitativa de memorial circunstanciado. § 1º - A avaliação,  
217 baseada em memorial, levará em conta as especificidades de cada área,  
218 considerando: I - qualidade de pesquisa, consubstanciada por publicações nos  
219 veículos respeitados da área; II - qualidade na docência (graduação e pós-  
220 graduação); III - orientação de trabalhos (graduação e pós-graduação); IV -  
221 atividades de extensão; V - atuação significativa na política científica ou em  
222 funções universitárias de gestão, inclusive as voltadas diretamente à pesquisa,  
223 extensão, cultura e/ou docência. § 2º - Os critérios e elementos de avaliação a  
224 serem adotados em cada área devem priorizar a qualidade do conjunto das  
225 atividades do docente. Indicadores quantitativos podem ser instrumentos de  
226 avaliação da qualidade e não o contrário. § 3º - Para o nível Associado 3,  
227 exigir-se-á excelência na pesquisa, além de demais critérios. § 4º- Cada CAS  
228 elaborará um documento com os critérios para as áreas que por ela serão  
229 avaliadas, submetendo-o depois à aprovação da CCAD. **V – Disposições**  
230 **Gerais** - Art. 14 – Os salários do Professor Doutor 1 e Associado 1 serão  
231 iguais, respectivamente, aos atuais salários de Professor Doutor e Professor  
232 Associado. Art. 15 – A progressão na carreira docente resulta em acréscimo  
233 salarial nos seguintes valores percentuais: I - O Professor Doutor 2 terá  
234 acréscimo de 9% em relação ao salário do Professor Doutor 1; II - O Professor  
235 Associado 2 terá acréscimo de 6% em relação ao salário do Professor  
236 Associado 1; III- O Professor Associado 3 terá acréscimo de 12% em relação  
237 ao Professor Associado 1. Art. 16 – Anualmente, a COP incluirá na proposta  
238 orçamentária dotação destinada ao atendimento das despesas com a  
239 progressão na carreira docente. **VI – Disposições Transitórias** - Art. 17 - Nas  
240 duas primeiras avaliações, poderá a CCAD aprovar a progressão de  
241 Professores Associados 1 para o nível de Associados 3, sob a condição de que  
242 demonstrem excelência que os capacite a tal ascensão na carreira. Art. 18 - Na  
243 primeira eleição, a CCAD deverá definir entre seus membros quais terão  
244 mandato de um, dois e três anos, em cada grande área do conhecimento. Não  
245 havendo acordo, a definição se dará por sorteio. Art. 19 - Na primeira eleição,  
246 as CAS deverão definir entre seus membros quais terão mandato de um e dois

247 anos. Não havendo acordo, a definição se dará por sorteio. Art. 20 – A  
248 definição inicial das Áreas Temáticas deve ser feita pela CCAD, ouvidas as  
249 Unidades, Museus ou Institutos Especializados. Art. 21 – O processo de  
250 avaliação de progressão na carreira docente, constante desta resolução,  
251 deverá ser reavaliado pelo Conselho Universitário em 2 anos. Art. 22 – Esta  
252 Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. **Cons. Wellington Braz**  
253 **Carvalho Delitti:** “Inicialmente, agradeço imensamente pela aprovação na  
254 reunião da semana passada, daquela proposta em seu pensamento mestre,  
255 ainda que tenha havido alguns questionamentos e adições, como todos  
256 receberam e estão recebendo a nova edição do USP Destaques com as  
257 sugestões. Gostaria de salientar alguns aspectos importantes dessa nossa  
258 carreira, porque devemos ter em mente que os cargos que temos hoje na  
259 carreira são: Professor Doutor, Associado e o Titular, terão mantidos os  
260 acessos por concurso realizado nas Unidades. É importante lembrar que as  
261 etapas intermediárias da progressão da carreira não são, nem obrigatórias e  
262 nem pré-requisitos para que as pessoas façam os concursos. A pessoa que  
263 não se sentir com vontade de se submeter a essa avaliação proposta pode,  
264 simplesmente, se inscrever em um concurso da etapa seguinte da carreira.  
265 Mas é, também, importante lembrar que, por exemplo: para os Professores  
266 Associados não existem vagas que permitam, a médio ou longo prazos, que  
267 todos possam ser Professores Titulares. Dessa forma, os Professores  
268 Associados atuais, em grande parte, podem ter um avanço na sua carreira, um  
269 aumento salarial e o mais importante, que o Associado 3 tem os direitos do  
270 Titular, em termos de estrutura de poder da Universidade. Ele já é candidato  
271 nato a Direção e essa é uma mudança que tem que ser destacada, porque  
272 significa, realmente, um avanço, uma abertura de um maior acesso dos  
273 docentes aos cargos de direção. Talvez, mais do que o acréscimo salarial,  
274 significa uma mudança de postura da distribuição do poder e da democracia  
275 dentro da Universidade, pelo que temos lutado desde vários anos. Gostaria de  
276 dizer que são etapas diferentes de avaliação, sendo preservado o sistema atual  
277 dos concursos realizados nas Unidades, onde todas têm capacidade,  
278 autonomia e direito de exercer essa avaliação. Por outro lado, esse sistema  
279 que estamos propondo agora, que tem uma unicidade centralizada na  
280 Universidade, irá permitir um processo de avaliação em que todos os critérios  
281 sejam bem claros, transparentes e comuns a todas as Unidades da USP e a  
282 todos os docentes, ainda que seja preservada a diversidade das áreas de  
283 conhecimento, dos instrumentos de avaliação, das especificidades, como foi  
284 bem destacado por ementas apresentadas e que foram incorporadas a essa  
285 proposta atual. Já disse e repito que temos que saber o que é importante para  
286 cada área, se é um livro, se é um texto de jornal, uma partitura, uma discussão,  
287 uma publicação científica ou outros. Além disso, é muito importante lembrar  
288 que nessas etapas da carreira, desde a aprovação da alteração do Estatuto em  
289 2009, já está consagrado que devem ser avaliadas todas as atividades do  
290 docente - as atividades de ensino na graduação, na pós-graduação, atividade  
291 de cultura e extensão, pesquisa e, também, a gestão universitária. De forma  
292 que aqueles que se dedicam a organizar e a trabalhar para o grupo também  
293 terão reconhecidos os seus méritos, os seus esforços. Quando mandamos, por  
294 exemplo, o nosso currículo para uma agência de fomento pedindo um auxílio  
295 para pesquisa, certamente aquele item que você foi Chefe de Departamento,

296 membro de Comissão, não interessa muito, porque agência de fomento quer  
297 fomentar a pesquisa. Então, isso não é devidamente considerado. Mas, na  
298 Universidade, a atividade docente em todos os seus aspectos precisa ser  
299 contemplada. Esse é um mérito dessa proposta, que haja uma avaliação  
300 equilibrada de todos esses aspectos. Também, como já foi destacado pelo  
301 Prof. Grandino e por vários colegas, uma questão muito importante é essa  
302 reavaliação do processo que inicialmente pensamos que poderia ser de cinco  
303 anos, mas estamos abreviando, porque todos sabem - professores e  
304 estudantes – que a avaliação é uma coisa muito difícil e é muito fácil se  
305 equivocar nesse processo. Mas, tenho a impressão que se tivermos essa meta  
306 de reavaliar em dois anos, essa seria uma boa proposta para iniciarmos e  
307 iremos aprender, certamente, durante o processo, como sempre acontece em  
308 todos os processos da Academia. Poderíamos, daqui a dois anos, ter talvez  
309 uma forma muito diferente dessa, se observarmos que não deu certo ou,  
310 talvez, esta mesma consolidada, aprimorada em vários aspectos. De forma  
311 que, se me permitem, pois trabalhei nisso e, também, em nome de todos os  
312 colegas que trabalharam nessas propostas, se for possível, poderíamos votar  
313 essa proposta, que está enriquecida pela contribuição de muitos colegas, entre  
314 eles, destaco o Prof. Renato Janine, que contribuiu enormemente com muitos  
315 artigos e propostas que esclareceram muitos aspectos da proposta original.  
316 Consideramos todas as sugestões e apenas aquelas que conflitavam  
317 frontalmente com a proposta aprovada é que não pudemos incluir. Um dos  
318 conflitos, por exemplo, é se seria a Unidade que faria a avaliação ou um órgão  
319 mais central. Isso foi muito atenuado pelo fato de que teremos várias  
320 Comissões Setoriais de Avaliação ou Comissão Temática, qualquer que seja o  
321 nome, mas que contemple as diversas áreas do saber e, certamente, existirá  
322 uma que seja apropriada para cada docente da USP, e este irá indicar, quando  
323 se inscrever, em qual Comissão quer ser avaliado. Também, foi retirada a  
324 proposta de sigilo dos pareceristas. Registro meus agradecimentos a todos que  
325 colaboraram com a elaboração desta proposta, trabalho este que teve início há  
326 alguns anos, especialmente a partir de 2008. Acho que toda esta discussão foi  
327 importante e observo que houve um grande progresso dessa nossa proposta.  
328 De forma que apelaria para que a referendem, para que, se aprovarmos,  
329 rapidamente, talvez no fim deste ano ou no começo do próximo, os docentes  
330 possam usufruir dos benefícios da nova carreira.” **M. Reitor**: “Lembro que foi  
331 muito bem ressaltada essa mudança na questão dos Associados 3, com  
332 referência ao poder na Universidade. Mas, lembrando de algo que foi dito  
333 quando foi aprovado, há dois anos, isso não significa de maneira nenhuma que  
334 se esteja limitando a mudança que iremos continuar fazendo, inclusive o Prof.  
335 Renato Janine é um dos que vem relatando, na discussão do modelo de poder  
336 na Universidade. A questão do poder na Universidade é uma discussão  
337 separada, que não tem nada a ver com isso e, portanto, isso não vincula e nem  
338 limita.” **Cons. Renato Janine Ribeiro**: “Estamos em um momento importante,  
339 que depois de muita discussão, que teve lugar nesse Conselho e nas  
340 Congregações, nos vemos em condições de votar um texto definitivo para  
341 regular essa questão. Quero anunciar o meu respeito a todos aqueles que  
342 divergem, inclusive, aqueles que se opõem a esse modelo que está sendo  
343 votado. É direito de todos terem divergências e oposição e, em certo momento,  
344 o voto deve decidir entre as posições. Creio que da última reunião para essa foi

345 realizado um trabalho excelente, o qual merece a nossa homenagem, em  
346 particular, o Prof. Welington, que conseguiu incorporar, o máximo possível de  
347 emendas, não digo não controversas, mas pouco controversas, trazendo  
348 alguns resultados que acho muito positivos e que gostaria de enfatizar de uma  
349 forma sintética. O primeiro ponto, trata da redução do poder, que era muito  
350 grande da Comissão Central de Avaliação Docente e do próprio Conselho  
351 Universitário. Foi certa a medida, porque o Co escolheria os membros dessa  
352 Comissão Central a partir de indicações emanadas das Congregações, mas  
353 podendo indicar qualquer nome. No limite, se um nome tivesse tido apenas um  
354 voto e estivesse na lista, esse nome ou três nomes com apenas um voto  
355 estando na lista, poderiam ser indicados para a CCAD, para uma determinada  
356 área das grandes áreas que a compõe. Poderíamos ter, no limite, uma CCAD  
357 com nove membros, cada um dos quais teria tido um voto apenas em uma das  
358 Congregações ou Conselhos Deliberativos da USP. A adoção do sistema de  
359 listas tríplexes, desse ponto de vista, permite que a CCAD se reporte ao  
360 Conselho Universitário, esteja não sob seu controle, mas com uma ligação  
361 próxima a ele, mas, também, que ela represente uma maneira bastante  
362 adequada às Congregações. Com relação a como isso será, acredito que,  
363 provavelmente, na regulamentação, o Magnífico Reitor estipulará listas tríplexes  
364 separadas para cada vaga, quero dizer, para as três vagas iniciais não serão  
365 nove nomes em uma lista vertical, dos quais ele poderia escolher os três  
366 últimos, mas, provavelmente, serão três listas, cada uma votada em separado  
367 pelas Congregações. Cada Congregação votando, provavelmente, em três  
368 nomes, de modo que poderemos ter um sistema bastante adequado. Haverá  
369 que detalhar tudo isso e ver exatamente qual o procedimento. Espero que isso  
370 possa ser feito logo, para ser implantado logo, mas estou insistindo no ponto de  
371 que, tanto a CCAD quanto as Comissões de Avaliação Setorial, deverão  
372 escutar mais a voz das Unidades do que estava previsto anteriormente. Esse é  
373 um avanço importante. Como somos membros do Conselho e, também, -  
374 embora não seja o meu caso - boa parte representando suas Unidades, é  
375 importante que as Unidades façam ouvir e que essa decisão não seja de cima  
376 para baixo. O segundo ponto que gostaria de realçar é a importância  
377 extraordinária de definirmos critérios. Isso vai, não só no sentido de garantir  
378 que, com tranquilidade, as pessoas possam se tornar Doutor 2, Associado 2 ou  
379 3 dentro de critérios das suas áreas, como, também, acho que é a  
380 oportunidade para as Unidades e para os conjuntos de Unidades dentro de  
381 cada uma das três grandes famílias que estão estipuladas, estabelecerem  
382 quais são os seus critérios do que é um Doutor 2, um Associado 2 e um  
383 Associado 3. Esses critérios hoje, no que tange às principais posições, são  
384 critérios basicamente da Unidade. Para quem participa ou participou da CAA,  
385 sabe que a tarefa é tão grande que a definição exatamente de qual é o perfil de  
386 um Titular da USP não é um assunto que esteja muito fechado. Mas, se  
387 tivermos dentro, por exemplo, da grande área a qual pertença Humanidades  
388 Sociais, uma definição bem discutida do que se entende por um Doutor 2, do  
389 que se entende por um Associado 2, do que se entende por um Associado 3,  
390 isso será muito importante para o nosso diálogo interno e para a aplicação das  
391 regras. No item que é um dos acréscimos a este texto, estou me referindo  
392 sempre ao texto final, que tenha os acréscimos em vermelho, que é o texto de  
393 referência. Não sei se o Magnífico Reitor irá votá-lo no início ou no fim, mas é o

394 texto de referência que estamos discutindo. O parágrafo primeiro estipula  
395 justamente onde esses critérios devem aparecer. Acho particularmente  
396 importante a USP valorizar as atividades que estão fora da questão de  
397 pesquisa. Quero dizer, temos no nosso ideário, isso em grande parte é a razão  
398 do sucesso dessa Universidade, a convicção de que esta é uma Universidade  
399 de pesquisa, de que esta é uma Universidade que deve priorizar a pesquisa,  
400 mas isso não deve impedir, na promoção horizontal, que consideramos como  
401 um peso forte as questões que não se referem apenas à pesquisa. Esse é o  
402 ponto então, em que a atuação na graduação, no ensino de modo geral, na  
403 formação de alunos, inclusive alunos de iniciação científica, em que as  
404 publicações, a atividade de extensão sejam contemplados. Particular atenção  
405 foi dada ao inciso V, do artigo 13, § 1º, quando fala de uma atuação  
406 significativa na política científica ou em funções universitárias de gestão,  
407 inclusive as voltadas diretamente à pesquisa, extensão, cultura e/ou docência.  
408 Esse é o ponto que deveria ser frisado. Não toda e qualquer atividade de  
409 gestão, mas aquelas que estejam especialmente voltadas para as áreas-fim da  
410 Universidade. Acredito que com isso, poderemos ter algo que, talvez a  
411 experiência de Diretor de Avaliação da CAPES, que é um órgão em que cada  
412 uma das quarenta e sete áreas tem o seu documento de área que diz o que é  
413 essencial na área e o que é secundário e, também, talvez a experiência que  
414 tive como membro do Conselho Deliberativo do CNPq, indique a importância  
415 não só de quem irá tomar as decisões, no caso a CCAD e a CAS, mas dos  
416 critérios que são colocados para as decisões. Quando concentramos toda a  
417 nossa atenção em quem irá tomar a decisão, corremos o risco de favorecer um  
418 poder sem controle, sem transparência, um poder que não motiva as suas  
419 decisões, que não justifica as suas decisões. Quando temos critérios, não só  
420 as decisões serão motivadas, mas teremos que desenhar o perfil que  
421 entendemos ser um professor da USP, não só dentro de uma Unidade  
422 específica, mas pelo menos nas Unidades que pertencem à mesma família, ou  
423 seja, existem aqui e estamos trabalhando com três famílias, alguns de nós  
424 falamos, às vezes, em quatro, sendo a quarta as Engenharias, as Tecnologias.  
425 O que senti em todo o tempo em que me dedico à política científica, é que  
426 existe um modelo de avaliação que é muito bem sucedido, sobretudo nas áreas  
427 de pesquisa básica, em biológicas e exatas. Talvez mais até nas biológicas. E  
428 que permite, através da publicação em periódicos e do fator de impacto,  
429 resultados muito bons, embora o fator de impacto seja muito diversificado  
430 sobre a área. E uma das áreas mais fortes, cientificamente, que conheço é a  
431 área aqui representada pelo Prof. Flávio, que é a Matemática e que tem um  
432 fator de impacto baixo, o que não significa, de forma alguma, que ela tenha  
433 uma produção de menor qualidade do que outras, que têm muitas revistas em  
434 que as pessoas citam muito a si mesmas. Então, o fator de impacto não é para  
435 ser comparado de uma área com outra área, tem que ser visto dentro da área.  
436 Nas Humanas e nas Tecnologias isso não tem a mesma relevância, temos que  
437 valorizar o livro. No caso das Humanas, isso é essencial. No caso das  
438 Tecnologias, temos que valorizar a produção tecnológica, que não é apenas a  
439 patente. Lembro-me, quando tornei-me Diretor da CAPES, que a área de  
440 Biológicas II dava a uma patente o mesmo valor de um artigo internacional A e  
441 achei um absurdo. Uma patente é algo muito mais difícil de se elaborar do que  
442 um *paper* de alta qualidade. Muito mais difícil, muito mais complicado, embora

443 haja patentes e patentes. Acho que está sendo aberto um espaço aqui para  
444 essa valorização dos diferentes perfis. E os perfis que têm sido historicamente  
445 mais difíceis de estabelecer, mais difíceis de avaliar, são aqueles relativos ao  
446 livro e relativos à produção tecnológica e inovação. São espaços que são  
447 abertos por este texto. Por isso apóio, na sua integralidade, o texto tal como foi  
448 revisado pelo Prof. Welington. O texto contemplou várias das minhas emendas,  
449 uma ou duas que sugeri não foram incluídas, mas abro mão delas por não  
450 considerá-las relevantes. Mas, seria muito bom se tomássemos uma decisão e  
451 que isso fosse aplicado, para que esses resultados, como essa maior  
452 participação das bases na indicação dos membros e na definição dos critérios  
453 seja ativado.” **Cons. Flávio Ulhoa Coelho:** “Em primeiro lugar, gostaria de  
454 dizer que apóio a maneira de como a proposta está sendo encaminhada. É  
455 uma evolução em relação a versões anteriores, no sentido que contempla, na  
456 medida certa, a interferência das Unidades. As Unidades têm que interferir  
457 nesse processo e está em uma boa medida do jeito que está atualmente. É  
458 claro que daqui a dois ou três anos teremos que dar uma revisada e,  
459 eventualmente, acertar um pouco mais. É um bom compromisso entre uma  
460 avaliação, que é centralizada na Administração Central e uma avaliação que é  
461 totalmente deixada para as Unidades. É um compromisso muito interessante e  
462 o tempo dirá se teremos que avançar um pouco mais para um lado ou para o  
463 outro. Tenho duas questões. Acabei de notar, em uma leitura final, que quando  
464 se fala das Comissões, tem a Comissão Central e depois tem as Comissões de  
465 Avaliação Setorial. Na avaliação Setorial, existe uma preocupação de não  
466 deixar centralizado em uma única Unidade. Poderá contar, no máximo, com  
467 metade dos membros de uma Unidade. Na Central, essa preocupação não  
468 existe, talvez tenha escapado, pois acho que não era a ideia deixar isso de  
469 lado. Talvez pudéssemos colocar uma frase como: ‘são os nove membros,  
470 todos eles de Unidades distintas’, ou alguma coisa assim, para evitar algum  
471 tipo de centralização de uma Unidade. Seria interessante se fôssemos nessa  
472 direção. Pedi a palavra, na realidade, para solicitar à Mesa que votasse em um  
473 segundo momento, pois a votação se encaminharia melhor se votássemos  
474 primeiro esse texto da maneira como está e, em um segundo momento, como  
475 destaque, aquela Disposição Transitória que propus na última reunião. Dessa  
476 forma a votação seria sem prejuízo para nenhuma das opiniões. Farei a leitura  
477 rapidamente. O artigo seria: ‘os atuais Professores Associados que foram  
478 aprovados em algum concurso para Professor Titular na USP nos últimos cinco  
479 anos anteriores a data de aprovação dessa Resolução, mas que, por falta de  
480 vagas, não ascenderam na carreira, serão automaticamente promovidos a  
481 Associados 3.’ É uma maneira de se premiar uma avaliação ou algum docente  
482 que passou por uma avaliação bastante rigorosa recentemente e ajudar,  
483 também, na locação inicial nos vários níveis da carreira. Não defendo isso  
484 como sendo uma regra daqui para frente, por entender que devemos investir  
485 em uma única porta de entrada para a ascensão. Como está proposto é muito  
486 significativo. Não colocaria isso como daqui para frente, como uma regra, para  
487 evitar essa dualidade de entradas na carreira.” **Cons. Alejandro Szanto de**  
488 **Toledo:** “Venho repercutir a opinião da Congregação do Instituto de Física.  
489 Inicialmente gostaria de me desculpar se a mensagem eletrônica chegou muito  
490 em cima da hora. Entre os problemas está a incompatibilidade entre Windows e  
491 Apple, problemas de linguagem. Saliento que com essas novas modificações a

492 Congregação se sentiu totalmente à vontade em apoiar essa posição, na qual  
493 ficou claro que era o desejo que as Unidades tivessem um papel importante na  
494 participação do processo e na definição. Um ponto que gostaria de não  
495 complicar é que não vejo que fica proibido, em nenhum instante, que uma  
496 Unidade sugira à CCA a criação, bem justificada, de uma Comissão Setorial  
497 por uma razão qualquer. Não vejo limitação. Então, entendo que em um  
498 momento oportuno, poderá se sugerir à Comissão Central a criação de uma  
499 Comissão Setorial. Gostaria de salientar, em particular, é do nosso agrado a  
500 participação realmente das Unidades nos critérios, na composição e que esses  
501 critérios e valores devam ser explicitados, porque assim aumenta a  
502 transparência. Um ponto que hoje fiquei satisfeito, pois havia faltado, é que,  
503 muito se tem falado em democratização da Universidade, mas, realmente, esse  
504 não é o único passo que podemos executar, acredito que é um passo muito  
505 importante abrir o universo da comunidade, que pode participar na gestão da  
506 Universidade de uma forma mais efetiva, ou seja, com relação às Chefias de  
507 Departamento, esse poder que era centrado e 'mal visto' pela comunidade,  
508 como uma concentração de poder por uma categoria, agora não existe mais.  
509 Claro que os Professores Associados 3 podem ser Diretores e mais do que  
510 isso, Chefes de Departamento descem até o nível abaixo, ou seja, isso  
511 aumenta enormemente o universo de pessoas que podem participar de uma  
512 forma efetiva na gestão, como executivos da política universitária. É um avanço  
513 muito importante que não tinha sido colocado até agora. Todos os medos, as  
514 precauções que toda modificação traz - e eu as compreendo - mas, estamos  
515 razoavelmente bem protegidos com essa nova redação. Para concluir, gostaria  
516 de dizer que não sou eu, sou porta voz da Congregação do Instituto de Física,  
517 estamos totalmente de acordo com essa nova redação e entendemos que é um  
518 avanço na democratização da Universidade." **Cons.<sup>a</sup> Lisete Regina Gomes**  
519 **Arelaro:** "Quero cumprimentar a Comissão na pessoa do Prof. Welington e o  
520 projeto apresentado. A Comissão incorporou a nossa contribuição de sugerir o  
521 nome da Comissão de Avaliação Setorial, mas para a minha Unidade, pelas  
522 respostas que recebemos e pelas conversas nos corredores, seria oportuno  
523 que pudéssemos ter aqui uma contra posição, não só uma concordância. E não  
524 faz mal se, de fato, a Comissão de Avaliação Setorial fosse colocada como  
525 responsabilidade da Unidade. A Faculdade de Educação entende que este é  
526 um momento muito importante na nossa história. É a primeira avaliação  
527 horizontal que se fará depois de 1988 e, como tal, não haveria nenhuma razão  
528 para contrariarmos a cultura acadêmica que existe entre nós, no sentido de  
529 responsabilizar aqueles que devem ser responsabilizados. Avaliação da  
530 Universidade é uma responsabilidade de todos nós, portanto, gostaríamos que  
531 fosse mantida a nossa proposta de que a Comissão de Avaliação Setorial seja  
532 em âmbito de cada uma das Unidades, mantidos os pareceristas e todos os  
533 outros critérios que estão muito bem colocados na proposta apresentada pelo  
534 Prof. Welington." **Cons. Marco Antonio Zago:** "Minha manifestação será curta  
535 e de cunho pessoal, não na qualidade de Pró-Reitor de Pesquisa dessa  
536 Universidade, mas como membro de sua comunidade acadêmica, sobre um  
537 tema que me interessa desde minha entrada na carreira universitária. Em  
538 primeiro lugar, cumprimento não apenas a Comissão, mas toda a USP, pelo  
539 fato de estarmos terminando a votação a respeito de um tema de extrema  
540 importância e que mostrou a capacidade de negociação de todas as partes

541 envolvidas, assim e da mesma forma que ocorreu quando tratamos da carreira  
542 dos servidores. Isto mostra que em uma sociedade aberta como a nossa  
543 podemos ter progressos, apesar de posições muito discrepantes, não pela  
544 ruptura, mas pelo acúmulo de acordos parciais. Especificamente em relação à  
545 progressão na carreira que está sendo votada, notei que sempre há um  
546 extremo cuidado em dizer que a avaliação se fará de uma maneira global,  
547 levando em conta todos os aspectos, não limitado à pesquisa. Meu colega e  
548 amigo Renato Janine até olhava para mim com certo pedido de desculpas:  
549 'olha não é a pesquisa que vamos levar em conta, é o total'. Mas, quero dizer  
550 que esta é, radicalmente, minha posição. Existe uma clara diferença entre se  
551 avaliar a produção científica, intelectual e a participação na carreira acadêmica.  
552 Contem com o Pró-Reitor de Pesquisa como um defensor desta posição desde  
553 muito tempo. Se tiverem o cuidado de olhar o meu currículo, que foi submetido  
554 à avaliação do Conselho Universitário quando o Reitor nos indicou para a  
555 posição de Pró-Reitores, tive o cuidado de dizer claramente qual era minha  
556 participação nas atividades de ensino desta Universidade, há muito tempo, a  
557 participação pessoal na criação de cursos, em atividade de extensão, como por  
558 exemplo, Diretor de Hospital Universitário. E tudo isso, obviamente, precisa ser  
559 valorizado, desde que, essencialmente, pela qualidade, portanto não há  
560 nenhuma dúvida de que estamos no caminho correto." **Cons. Manoel**  
561 **Fernandes de Sousa Neto:** "Queria que todos lembrassem de algumas coisas  
562 que considero demasiado importantes. A primeira é de que essa reunião votará  
563 destaques, já que a aprovação do mérito foi feito ao final da reunião anterior,  
564 considerando, também, que esta até pode ser uma continuação daquela  
565 discussão, mas a reunião anterior foi a de número 941 e essa é de 942. Se  
566 vamos votar destaques, acho que vocês já puderam perceber que, na  
567 realidade, há divergências do ponto de vista dos que foram apresentados,  
568 embora se tenham aglutinados todos eles. O Prof. Welington tinha realizado  
569 essa reunião das proposições que foram feitas, mas ainda há uma série de  
570 divergências que precisam ser dirimidas ao longo da votação desses  
571 destaques. Como não sei se vou poder falar durante os encaminhamentos, já  
572 apresento como encaminhamento que não se vote a proposta dos destaques  
573 como um todo, mas um a um; para que nos destaques em que as pessoas  
574 tenham diferenças, possam ser modificados o modo, a redação, ser agregado  
575 alguma coisa a mais ou suprimido, ou feito um adendo. Por fim, queria dizer  
576 algo que para mim é muito importante, os argumentos que foram apresentados  
577 aqui não só não me fazem mudar de ideia, como me convencem mais ainda do  
578 equívoco que cometemos ao aprovar a carreira, há dois anos atrás e ao  
579 ratificar esse conjunto de critérios. Reconhecendo o que disse o Prof. Renato  
580 Janine Ribeiro, reconheço a votação dos que venceram, a posição daqueles  
581 que vêm a Universidade de um modo diferente daquele que nós vemos e  
582 acho que isso é importante, é fundamental que alimentemos o debate e  
583 explicitemos as nossas diferenças, estamos aqui por isso, inclusive, esse é o  
584 nosso *sad affair*. Mas é preciso que um bom combate se dê de uma maneira  
585 clara e o mais respeitosa possível. Estou levantando essa questão porque acho  
586 que se votarmos em conjunto, isso nos trará problemas ainda maiores. De  
587 forma que proponho que os destaques sejam votados um a um. E, por fim, há  
588 uma diferença com relação à noção de docência. Atualmente tenho uma turma  
589 na História, onde ensino Geografia, com 240 alunos matriculados à noite e

590 outra que tem 160 alunos matriculados à tarde. Tenho 420 alunos - até trouxe  
591 umas provas para ver se conseguia corrigir aqui, o que será impossível, porque  
592 a discussão é muito animada. Tenho que entregar essas provas, todas  
593 dissertativas, até amanhã, embora esteja de férias. O que quero dizer é que  
594 não consigo dissociar a atividade do ensino da atividade da pesquisa. Para  
595 mim, os bons professores são os que realizam pesquisa e que, portanto, têm  
596 excelência no campo da pesquisa, sem o que, estaríamos em outro lugar e não  
597 na Universidade. Para concluir, o que estamos propondo aqui é que sejam um  
598 pouco separadas estas atividades que realizamos, o que vai contra um  
599 princípio básico que me fez escolher essa carreira, que é o regime integral de  
600 pesquisa e docência. Desculpem-me se, porventura, esse argumento lhes  
601 parece até um pouco estranho, mas mais estranho me parece separar aquilo  
602 que é exatamente ser o que somos.” **Cons. Marcos Nascimento Magalhães:**  
603 “Também entendo que a carreira foi aprovada na reunião passada, como o  
604 título desse item sugere: ‘votação dos destaques que foram apresentados’.  
605 Conforme uma comunicação que fiz aos Professores Associados, votei contra,  
606 como é público, e o USP Destaque número 34 tornou isso mais público ainda.  
607 Portanto, minha intervenção é no sentido de minimizar o que considero os  
608 efeitos do que foi aprovado, no sentido de atenuar aquilo que acho equivocado  
609 no processo. Nesse sentido, destaco o artigo 3º, que se refere à Comissão de  
610 Avaliação Setorial. Minha sugestão vai naquela proposta feita pelos colegas da  
611 Educação, no sentido de que as Unidades tenham a sua Comissão de  
612 Avaliação Setorial. Então, tenho um destaque no artigo 3º: em substituição ao  
613 texto atual, entraria aquilo que foi sugerido pelos colegas da Educação. Tenho  
614 um destaque, também, no artigo 13, § 3º, que foi uma sugestão incorporada  
615 pela Comissão, de uma sugestão dada pelo Prof. Renato Janine. Do meu  
616 ponto de vista é inadequado um detalhamento, como está no § 3º, que exige,  
617 para o nível Associado 3, a excelência na pesquisa, além de demais critérios.  
618 Acho que na nossa Universidade a excelência deve se colocar em todos os  
619 níveis e todos os procedimentos. Essa questão me parece inadequada de ser  
620 colocada nesse nível, até porque, de certa forma, elas se contrapõem e tentam  
621 ser mais enviesada do que no concurso de Professor Titular em que prevê a  
622 avaliação. Segundo o atual artigo 154, um julgamento de títulos e do memorial  
623 envolvendo produção científica, literária, atividade didática, envolve os vários  
624 aspectos da vida universitária. Portanto, acho inadequado e o meu destaque é  
625 pela supressão do § 3º do artigo 13. Por fim, nas Disposições Transitórias  
626 gostaria que fosse alterado, se o artigo 3º se modificar, o artigo 20, porque se  
627 refere à forma como serão escolhidas as Comissões de Avaliação Setorial.  
628 Mas acho conveniente a inclusão das Disposições Transitórias mencionadas  
629 pelo Prof. Flávio, que se refere aos Professores Associados que participaram  
630 em concurso de Professor Titular, conforme já defendeu aqui. Acho adequado,  
631 também, a inclusão da primeira avaliação dos Professores Doutores e dos  
632 Professores Associados com 10 anos ou mais na carreira sejam  
633 automaticamente enquadrados como Professor Doutor 2 e Professor  
634 Associado 2. Acho que essas são algumas medidas, em especial, a  
635 modificação do artigo 3º, que retoma o caráter importante de que as avaliações  
636 devam estar centradas na especificidade das Unidades. Hoje, na Universidade,  
637 a realidade da avaliação se dá essencialmente nas Unidades. A Reitoria  
638 interfere nos cargos de Professor Titular, no sentido do seu provimento, mas

639 não na avaliação. Sob esse ponto de vista, acho que correremos um sério risco  
640 de colocar na mão da Reitoria, um poder extremamente forte e centralizado.  
641 Isso me parece um equívoco grande, um retrocesso. Nos últimos 20 anos,  
642 convivemos com um Estatuto que foi aprovado em 1989, que, de certa forma,  
643 caminhou no sentido completamente inverso ao que acabamos de aprovar na  
644 reunião passada. Extinguiu um degrau na carreira, se os senhores se lembram,  
645 o nível do Professor Adjunto, colapsando os dois na categoria Professor  
646 Associado e, hoje, fazemos um movimento ao contrário, a qualidade que  
647 obtivemos nesses últimos 20 anos, advém de muitos fatores, mas não  
648 desprezaria esta simplicidade que de alguma forma conseguimos em 1989.  
649 Portanto, os meus destaques com relação ao Artigo 3º tentam resgatar a  
650 hegemonia das Unidades e das suas especificidades, para que essa  
651 Universidade continue preservando, incentivando e fortalecendo cada vez mais  
652 sua qualidade.” **M. Reitor:** “Enquanto o Prof. Rui Curi chega, faria uma  
653 retificação. Que não se pode falar em Reitoria como lar, quando se trata de  
654 uma Comissão tão complexa e com a formação que está nesse projeto das  
655 próprias Unidades. Que esse aspecto fique bem claro.” **Cons. Rui Curi:**  
656 “Tínhamos uma situação, em que só mudávamos de nível com concurso e  
657 estávamos sempre na expectativa de fazer um concurso para poder mudar. A  
658 USP criou uma forma alternativa de evolução na carreira docente. Acho que  
659 isso, por si só, faz uma diferença, é um divisor de águas entre o que tínhamos  
660 e o que teremos daqui para frente. Temos a proposta de uma Comissão que se  
661 debruçou intensamente para chegar aos destaques que estão apresentados  
662 hoje, é um aperfeiçoamento do que foi aprovado. Essas mudanças só tendem  
663 a acontecer com o tempo, quando tivermos uma avaliação periódica do que  
664 está sendo feito na prática, como está sendo feito de fato. Hoje estamos  
665 discutindo como isso irá funcionar, estamos especulando que deve funcionar  
666 de um jeito ou de outro, cada um com a sua visão, mas gostaria de salientar  
667 que valorizo o trabalho dos colegas, concordo plenamente com a proposta na  
668 sua íntegra e acho que devemos, sim, apreciar o documento como um todo. O  
669 colega Marcos falou sobre esse § 3º, que exige excelência na pesquisa para o  
670 nível do Professor Associado 3. A minha leitura sobre isso é diferente, seria  
671 geração de conhecimento, acho que na USP existe a expectativa de que  
672 geremos conhecimento, quando se está há vários anos aqui envolvido em  
673 trabalho de pesquisa, de investigação. Não acho que isso seja uma exigência  
674 descabida, faz parte de contextualizar nossas atividades como um todo, nossas  
675 atividades de docência, administrativas e de geração de conhecimento. Acho  
676 que isso faz da Universidade o tripé que realmente a diferencia, que é ensino,  
677 pesquisa e extensão. É claro que vamos discutir por setores e, obviamente,  
678 que as avaliações na área de Biológicas, de Exatas e de Humanas têm  
679 diferenças, que são suas especificidades, mas vamos aperfeiçoando essas  
680 formas de avaliação. Se pensarmos em termos de avaliação CAPES, que o  
681 colega Renato Janine tem uma experiência enorme, também foi sofrendo  
682 aperfeiçoamentos. Talvez gostaríamos que desse saltos mais rápidos, mas  
683 isso faz parte de um processo de amadurecimento, que acho extremamente  
684 importante para a USP. Vou dizer um aspecto que sempre achei relevante;  
685 invariavelmente questionamos as decisões, a forma como a CAPES avalia os  
686 programas de pós-graduação, mas como USP, não apresentamos nenhuma  
687 alternativa a essa forma de avaliação. Temos, agora, no seio da Instituição, um

688 amadurecimento para identificarmos as três grandes áreas e apresentarmos,  
689 inclusive, como uma referência, um modelo para as outras instituições  
690 brasileiras. Só temos que nos orgulhar do que está sendo proposto hoje,  
691 estamos tomando aqui uma decisão histórica de nos conhecermos e sabermos  
692 nos avaliar, criando uma alternativa de mérito e motivação para os docentes  
693 dessa Universidade, que chegando à Professor Associado, se sentia incapaz  
694 de chegar a Titular e lhe batia um certo desânimo. Daqui para frente ele terá  
695 motivação para buscar níveis superiores. Parabéns ao Professor Welington e  
696 toda a Comissão.” **Cons.<sup>a</sup> Janete Aparecida Anselmo Franci**: “Vejo as  
697 pessoas colocarem, repetidamente, essa preocupação com a avaliação de  
698 diferentes formas de expressão de pesquisa. Lembro-me que quando o Dr.  
699 Erney era Pró-Reitor de Pesquisa, houve todo um levantamento na  
700 Universidade sobre as formas de expressão de pesquisa e isso foi muito bem  
701 elencado. Em relação a isso, acredito que a Universidade está bastante  
702 madura, conhece muito bem suas formas de expressão, seja um *software*, um  
703 concerto, uma exposição, um *paper*. A segunda coisa é essa proposta de que a  
704 Comissão Setorial seja da Unidade. Colegas, acho que uma das principais  
705 coisas boas que tem esse projeto é tirar o viés político que ocorre na Unidade,  
706 não podemos perder isso. Conclamo a vocês, por favor, não considerarem ou  
707 não aprovarem essa proposta. Outra questão é a ascensão pelo tempo, quero  
708 dizer, quem tem mais de 10 anos vira Associado 3, isso é um profundo  
709 desestímulo para quem trabalha. Eu vou ficar parada durante 10 anos, porque  
710 tenho certeza que sendo associada há 11 anos, irei direto para Associado 3,  
711 não preciso que ninguém avalie o meu currículo. É um profundo desestímulo.  
712 Outra coisa que sou absolutamente contra e tinha prometido para mim que não  
713 ia falar, evitei na última reunião, mas sou italiana e preciso expressar o que  
714 sinto. Queria me referir às representações. Lembro-me que quando se iniciou a  
715 discussão da proposta da progressão horizontal, obedecemos uma orientação  
716 que era discutir entre os nossos pares, nos Conselhos Departamentais, nas  
717 Congregações e as posições das nossas Escolas eram trazidas aqui. Jurava  
718 que pelo menos dois docentes da minha Escola, inclusive ligados à Adusp, se  
719 posicionariam contra, mas nem eles, ninguém se posicionou contra. Tenho  
720 muita ligação, por exemplo, com a Faculdade de Medicina e outras Escolas do  
721 *campus* e não ouvi ninguém dizer que na sua Escola houve posicionamento  
722 contra. Gostaria de perguntar à Adusp ou ao nosso representante dos  
723 Associados, se vocês perguntaram-nos o que pensamos. Posso ter perdido  
724 este *e-mail*. Fez um levantamento entre os Associados? Se fez, não recebi.  
725 Preocupa-me muito ver os funcionários felicíssimos porque tiveram uma  
726 carreira aprovada na penúltima reunião do Co e o representante dos  
727 funcionários destruindo isso, dizendo que foi uma desgraça na vida dos  
728 funcionários. Preocupa-me muito perceber que não sei onde é que estão os  
729 que são contra, pois para mim todos os professores estão a favor dessa  
730 proposta de progressão horizontal. Não consegui até hoje achar alguém que  
731 me dissesse que é contra, a não ser pelos jornais da Adusp. Quem os  
732 representantes estão representando? Onde estão essas pessoas que não  
733 encontro? Quero vê-las, ouvi-las. Queria deixar um recado, uma sugestão:  
734 acho que os representantes, quando se propõem a esse papel, deveriam antes  
735 de dormir, botar a cabeça no travesseiro e perguntar a si mesmos se estão,  
736 realmente, representando a categoria que se propuseram. Se estão, realmente,

737 trazendo a posição dos seus colegas. Ficaria muito feliz se pelo menos alguns  
738 minutos isso ganhasse atenção na vida desses representantes.” **M. Reitor:**  
739 “Respeito a colocação da Professora, mas pediria que essas questões  
740 polêmicas fossem evitadas. Não vamos alimentar a discussão, porque  
741 sabemos que se formos alimentar as posições diversificadas não sairemos hoje  
742 daqui.” **Cons. Marcos Nascimento Magalhães (aparte):** “Certamente, não sei  
743 onde a Senhora anda, mas diria que a questão da carreira não é unanimidade,  
744 basta olhar em volta. Também disse na mensagem aos Professores  
745 Associados que enviei ontem, mas que só hoje foi ao ar, que não há  
746 unanimidade entre os Professores Associados. Lembrando que houve um  
747 abaixo assinado, encaminhado à Reitora Suely Vilela, no ano retrasado, com  
748 mais de 650 assinaturas. Também, a enquete feita pela Comissão, envolveu  
749 um número de mil e tantos docentes posicionados entre pareceristas ou banca  
750 e isso deu uma divisão com a maioria por pareceristas. Mencionei na minha  
751 última manifestação aos Professores Associados, que teria sido muito oportuno  
752 que pudéssemos retomar o processo de discussão. A questão da  
753 representatividade ou não da Adusp, apesar de ex-Presidente e de estar  
754 envolvido informalmente com a Associação dos Docentes, inclusive na  
755 negociação do processo do Gatilho, que terminou recentemente, não tenho  
756 procuração para ficar vendo o quanto a Adusp é ou não é representativa. De  
757 minha parte, digo que quando fui eleito manifestei com clareza aos eleitores  
758 qual era minha posição com relação à progressão horizontal. Portanto, estou  
759 absolutamente à vontade e durmo muito tranquilo, pelo menos em relação a  
760 esse aspecto, a honestidade com que exerço a minha representação com os  
761 limites e com as dificuldades de todos que exercem a representação.” Dando  
762 continuidade à discussão, o **Prof. Dr. Rubens Beçak** lembra que há uma pauta  
763 extensa ainda depois desse assunto.” **Cons. Mauro Wilton de Sousa:** “Tenho  
764 para mim que a proposta que chega hoje ao Co atende, inclusive, às  
765 demandas que fizemos na última reunião, com as observações provenientes da  
766 nossa Congregação. Apenas tenho uma questão que não sei se coloco agora  
767 ou na hora dos destaques. Reportando-nos à avaliação, tínhamos deixado  
768 passar isso de uma forma mais ampla. Quando se trabalha o termo pesquisa,  
769 ele tem uma dimensão abrangente, evidentemente, mas na área das artes,  
770 nem tudo é colocado da forma como sendo a pesquisa da forma tradicional  
771 acadêmica, temos o que se chama produção artística, que nem sempre se  
772 manifesta na forma de publicações ou textos. Nas áreas da música, da pintura,  
773 da escultura temos outras formas de expressão do que se chama pesquisa *lato*  
774 *sensu* em um sentido amplo, mas que se materializa na área das artes dentro  
775 do que é chamado por produção artística. No artigo 13, quando se fala, no § 1º:  
776 ‘A avaliação, baseada em memorial, levará em conta as especificidades de  
777 cada área, considerando: I - qualidade da pesquisa, consubstanciada por  
778 publicações nos veículos respeitados na área;’ - para certa dimensão da  
779 pesquisa que é acadêmica/científica, está perfeito, mas para a área da arte,  
780 faltou colocar a dimensão da produção artística, que acho fundamental. Seria  
781 exatamente um critério que vai avaliar, amanhã, uma das especificidades da  
782 diversidade da produção universitária. Somos uma Universidade voltada para  
783 produção científica e artística, nesse sentido, em algum momento, essa  
784 dimensão da produção artística tem que ser colocada. Não sei se menciono  
785 isso em seguida, nos destaques, mas é uma solicitação que faço, para que se

886 defina melhor essa especificidade da nossa área de trabalho da Universidade.”  
887 **M. Reitor:** “Entendo que como se trata de algumas Unidades, não unicamente  
888 da ECA, isso poderia ser incluído imediatamente no projeto substitutivo: ficaria  
889 ‘pesquisa científica e produção artística.’” **Cons. Mauro Wilton de Sousa:** “Se  
890 observarmos os demais itens, quando fala da docência, da orientação de  
891 trabalhos e das atividades de ensino, são apenas mencionadas as atividades,  
892 não se mostra, como é no item primeiro, publicações, de forma que sugiro que  
893 seja ‘qualidade da pesquisa ou acadêmico/científica ou da pesquisa e da  
894 produção artística’. Isso só acrescenta e especifica, porque os outros itens  
895 mostram os critérios, publicações, os outros não. É apenas uma discriminação  
896 ‘de critérios’.” **Cons. Marcello Ferreira dos Santos:** “Gostaria de lembrar à  
897 Prof.<sup>a</sup> Janete que as propostas que trouxemos foram discutidas ao longo de  
898 alguns meses, inclusive entre a Comissão Paritária composta por  
899 representantes da Reitoria e dos funcionários. Infelizmente, nem todas nossas  
900 propostas conseguiram avançar nessas reuniões. Por outro lado, uma série de  
901 indícios, como a elevação do orçamento gasto com terceirização, para R\$ 110  
902 milhões na Universidade, como a questão das 270 demissões de aposentados,  
903 como um projeto que foi apresentado que previa a mudança da estrutura de  
904 funcionários, hoje composta através de uma figura parecida com uma pirâmide  
905 e que seria transformada em um barril diante da aprovação de um orçamento  
906 para folha de pagamento e uma elevação dos pisos significativa, preocupados  
907 com o avanço da terceirização, com cortes de gastos e com vários problemas  
908 que os funcionários da USP já vivem hoje, mostram que não se trata de uma  
909 previsão do futuro, mas sim da constatação de uma realidade. Trouxemos para  
910 cá a aprovação da nossa assembleia de trabalhadores, que consideramos o  
911 órgão mais representativo dentro da Universidade, em que se expressa as  
912 posições diferentes dos trabalhadores. Poderia, inclusive, encaminhar para a  
913 Professora vários dos debates que fizemos em alguns seminários sobre a  
914 questão da carreira, que levaram a identificar vários dos problemas que ainda  
915 mantém, isso não é segredo para ninguém. Colocamos isso nas Comissões e  
916 trouxemos aqui, legitimamente, a posição que foi aprovada nas nossas  
917 assembleias e reuniões de Unidade, porque consideramos que apesar da  
918 elevação do piso, apesar da concessão de uma referência e da redução dos  
919 degraus, a questão da Carreira, como a própria Reitoria reconheceu, está  
920 muito longe ainda de atender todas as reivindicações que os funcionários  
921 faziam. Por falar em representatividade, fiquei incomodado, por isso resolvi  
922 responder à provocação da Professora. Como representante dos funcionários,  
923 para poder participar deste órgão me submeti a uma eleição e recebi cerca de  
924 2 mil votos. Gostaria de questionar, já que se trata de representatividade,  
925 quantos dos senhores Conselheiros foram eleitos nas suas Unidades. Gostaria  
926 de lembrar aos senhores, que vivemos em um país que passou de uma  
927 ditadura para um sistema democrático, com o qual, inclusive, não  
928 concordamos, mas há eleição, inclusive para presidente e não é dessa maneira  
929 que se estabelece a participação dos Conselheiros aqui, inclusive do Reitor da  
930 Universidade. Isso é uma das nossas críticas ao longo de vários anos.  
931 Acreditamos que podemos ter órgãos democráticos na Universidade, com a  
932 participação de estudantes, trabalhadores e professores da Universidade e a  
933 aprovação do orçamento este ano com 88 pessoas definindo para onde ia cada  
934 centavo de 3 bilhões de reais, sustentada com o dinheiro do povo que não está

835 aqui dentro? Quem é que representa quem? Será que 15 mil funcionários, 70  
836 mil estudantes e 5 mil professores aproximadamente estão representados em  
837 88 pessoas? Se for para tratar de representatividade, aproveitando que a  
838 Professora tocou nesse assunto, queria deixar esse questionamento. Por  
839 último, para não aborrecer mais, queria perguntar em quais locais foram  
840 aprovadas as 270 demissões de funcionários. Quantos votos tiveram a favor?  
841 Onde foi aprovada a terceirização dos trabalhadores da limpeza, que iam ficar  
842 sem receber um salário miserável de R\$ 450 – e que ainda não receberam?  
843 Viemos aqui representar a deliberação dos trabalhadores nas assembléias e  
844 reuniões de Unidade. Infelizmente, não temos a pretensão de que esse  
845 Conselho vá reconhecer sua maioria artificial, como coloquei aqui na semana  
846 passada. Temos clareza que para poder derrubar isso teremos que organizar  
847 os trabalhadores e estudantes para passar por cima, inclusive, do passado,  
848 como se expressa nessa sala.” **Cons. Manoel Fernandes de Sousa Neto:**  
849 “Esclareço que os representantes dos Professores Doutores é escolhido  
850 mediante uma eleição de caráter indireto. São escolhidos delegados nas  
851 diversas Unidades da USP e depois, nessa sala, durante um período de  
852 apenas 30 minutos, é feita uma votação. Se, porventura, o representante tiver  
853 50% dos votos mais um, é escolhido em primeiro turno. Caso não seja, há uma  
854 nova votação e passa a ser escolhido por uma maioria simples. Todas as  
855 posições que tenho defendido nesse Conselho, de certa forma, foram  
856 explicitadas do ponto de vista dos princípios gerais que isso implica, no dia em  
857 que fui eleito em 1º turno. Para finalizar, acho que os cinco representantes dos  
858 docentes da USP, desde Professor Titular ao Auxiliar de Ensino - que ainda  
859 existe - que a eleição seja direta. Concordo com o mérito da discussão, no  
860 sentido de que deveríamos, de fato, tornar o mais democrático possível a  
861 eleição dos representantes. E solicito à atual gestão, ao Reitor desta  
862 Universidade, que modifique o modo de eleição dos representantes dos  
863 docentes dessa Casa.” **M. Reitor:** “Encerradas as inscrições, gostaria de fazer  
864 algumas observações com referência à questão do encaminhamento. Temos  
865 um projeto substitutivo que faz o amálgama da grande maioria das colocações.  
866 Poderíamos fazer um único destaque, que seria a questão sugerida pelo  
867 Professor Flávio, justamente no sentido do aproveitamento dos últimos cinco  
868 anos de concurso a titular. Se houvesse maioria, isso poderia ser agregado, se  
869 não houvesse seria rejeitado. Portanto, dentro desse espírito, incluiríamos a  
870 questão da produção artística tal qual o diretor da ECA falou, mesmo porque  
871 não é uma modificação, é simplesmente uma especificação, uma  
872 especificidade de áreas que são distintas das demais. Em assim sendo, diria  
873 que essa votação não encerra a questão de carreira docente, pelo contrário.  
874 Em primeiro lugar, muito se falou daquela parte que foi votada há dois anos,  
875 que seria de certa democratização possível. Isso é algo que já se encontra no  
876 passado, porque é auto executório, a partir do momento que foi aprovado não  
877 precisaria regulamentação e já poderiam ter sido eleitos como chefes de  
878 departamento as pessoas que foram agregadas. Portanto, isso é auto  
879 executório, no momento, é simplesmente a regulamentação da questão, é um  
880 pedaço daquilo que precisa de uma regulamentação específica, sem a qual,  
881 não pode ser executório. É isso que se faz no momento. Por outro lado,  
882 comprometo-me, pessoalmente, a continuar, porque há uma diferença  
883 fundamental entre carreira docente e carreira funcional. Na carreira funcional, a

884 Universidade hoje pode fazer sozinha – e fez – já na carreira docente,  
885 precisamos, para mudanças mais importantes do que essa, irmos em conjunto  
886 com o CRUESP, o que é muito mais complexo. De forma que há diferenças,  
887 inclusive, no modo como foi conduzida a questão da carreira funcional e da  
888 carreira docente, por causa disso. Então, quando digo que não se encerra hoje,  
889 digo que há um compromisso da Universidade em continuar, não só com a  
890 discussão da carreira, pois nunca considerei isso discussão de carreira,  
891 considerei isso um episódio de progressão horizontal que não vai encerrar a  
892 questão, mas está inserida dentro de um contexto, e que junto com o CRUESP  
893 poderemos continuar a discutir aquilo que será a real carreira docente. É  
894 importante que se coloque isso para que não pareça que se deseja fazer um  
895 simulacro para barrar a discussão de carreira futura. Portanto, há o  
896 compromisso formal da direção da Universidade em propor e estimular não só  
897 a discussão da carreira internamente, como também as negociações junto ao  
898 CRUESP, para que essa carreira possa continuar se aperfeiçoando.  
899 Finalmente, um apelo que faço, não como Reitor, mas como Professor: sejam  
900 generosos com a questão desse episódio da carreira docente da mesma forma  
901 como houve uma generosidade ímpar na questão dos funcionários. É perfeito?  
902 De longe que não. No entanto, houve generosidade no sentido de compreender  
903 a necessidade de se fazer alguma coisa naquele momento, sem se pedir  
904 contraprestações no próprio âmbito da carreira. Mas, cada qual é livre para  
905 fazer o que quiser, mesmo porque somos livres de decidir e também vamos  
906 assumir a responsabilidade do que fazemos.” **Cons. Marcos Nascimento**  
907 **Magalhães**: “Se entendi bem, na reunião anterior houve apresentação de  
908 vários destaques e o M. Reitor disse que estaríamos aprovando o texto base  
909 sem prejuízo de nenhum destaque. Entendo que o trabalho da Comissão foi no  
910 sentido de agilizar e recolher aquilo que estava no espírito do que a Comissão  
911 achou que cabia e está apresentado, mas penso que é uma contribuição. E o  
912 espírito que veio para a nossa reunião - e foi assim o que li do Caderno - é:  
913 quais dos destaques que ainda permanecem? Então, houve um espaço de  
914 apresentação dos destaques que permanecem. Fiz dois destaques, outros  
915 colegas, eventualmente, fizeram outros e a ECA apresentou mais um. Então,  
916 do meu ponto de vista, como perdedor da votação anterior, o texto base já está  
917 aí. O que cabe votar agora é assim, por exemplo: ‘destaque um - artigo três, é  
918 essa a redação mesmo ou troca? Artigo tal - é essa a redação mesmo ou  
919 troca?’. Acredito que não temos que refazer a votação feita na semana anterior.  
920 Esse é o meu entendimento e queria saber se será assim na hora que o M.  
921 Reitor colocar em votação, porque não o ouvi mencionando qual é o primeiro  
922 destaque para colocar em votação.” **M. Reitor**: “Já havia respondido, mas  
923 respondo novamente. Uma das sistemáticas que se faz é o substitutivo, que  
924 não visa substituir tudo. Vemos que naquela coloração, vermelho ou laranja,  
925 temos o amálgama da maioria dos destaques. O substitutivo é um projeto, um  
926 meio absolutamente legítimo de se fazer quando existe um consenso, como o  
927 que se percebeu aqui hoje. Foi feito e a grande maioria, inclusive, aqueles que  
928 haviam feito destaques, se renderam, mesmo porque, se estamos fazendo uma  
929 solução de compromisso, ninguém sai com 100%. Seria como um acordo em  
930 que quero sair com os meus 100% e os outros sem nada, isso não é acordo.  
931 Portanto, para deixar bem claro, votaremos o substitutivo, esse foi o  
932 encaminhamento. Já é a segunda vez que o Conselheiro coloca isso e não me

933 pareceu que houvesse um consenso, uma maioria que quisesse votar  
934 destaque por destaque, uma vez que os próprios que fizeram os destaques já  
935 se conformaram com o substitutivo. Portanto, o encaminhamento será feito  
936 dessa forma. Nesse destaque se inclui uma questão que não é de fundo, mas  
937 de explicitação vestibular, que é a questão que a ECA colocou e, em seguida,  
938 em sendo aprovado esse destaque - ou em não sendo - temos um único  
939 destaque que virá *a posteriori*, que será a proposta da inclusão dos 5 anos  
940 últimos daqueles que fizeram concurso para titular. **Cons. Manoel Fernandes**  
941 **de Sousa Neto**: “Havia feito um encaminhamento na minha fala para que  
942 votássemos, não de maneira global o substitutivo, mas o fizéssemos artigo por  
943 artigo. Evidentemente, se porventura, há um acordo por parte da maioria - e  
944 muito já foi aqui consensuado - imagino que a votação será extremamente ágil  
945 e rápida, caso aconteça desta maneira. A única solicitação que lhe faço,  
946 porque sei que minha proposta será vencida, não tenho dúvida disso, mas no  
947 meu entendimento é importante saber, pelo menos, como e por que perdeu.  
948 Penso que isso, às vezes, é essencial que se faça. De forma que solicito que  
949 antes seja encaminhado dessa forma, que um encaminhamento seja votado  
950 contra o outro. Queria pedir obsequiosamente ao M. Reitor que fizesse dessa  
951 maneira. Acho que isso até legitima ainda mais o procedimento que vamos  
952 tomar agora. Sei que o M. Reitor tem uma proposta de encaminhamento e  
953 apresentei uma outra, que é contrária, mas gostaria, por favor, que isso fosse  
954 encaminhado dessa forma.” **M. Reitor**: “Faremos a seguinte votação inicial: se  
955 colocamos na forma substitutiva ou colocamos um por um. Não seria  
956 necessário fazer isso, mas farei em homenagem aos representantes, isso é  
957 importante para os representantes das carreiras interessadas. E aprendi na  
958 Universidade, pois 45 anos já dá para aprender alguma coisa, que  
959 normalmente não se deve fazer aquilo que as pessoas não querem. Se a  
960 própria comunidade não quer uma coisa, acha que está ótimo, vamos deixá-los  
961 assim. Entretanto, o fato é que se a própria pessoa considera que está bem  
962 demais, se a categoria acha que está maravilhoso, por que os outros têm que  
963 achar que não e tem que contribuir? Entretanto, o fato é que recebemos,  
964 também, milhares de *e-mails* com referência a isso dos 3 mil professores. Mas  
965 não vamos entrar em luta com relação a isso. Se ganhar o sim por maioria  
966 vamos votar o substitutivo, já com o acréscimo da produção artística e, em  
967 segundo lugar, vamos votar um único destaque, que é o da inclusão daqueles  
968 que foram professores titulares sem ser o primeiro lugar nos últimos 5 anos.  
969 Quem votar não, estará votando que vamos ver destaque por destaque.” Ao  
970 seguinte, o **M. Reitor** coloca em **votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o  
971 seguinte resultado: Sim = 85 (oitenta e cinco); Não = 16 (dezesseis);  
972 Abstenções = 2 (duas); Total de votantes = 103. É aprovada a votação pelo  
973 substitutivo e não pelos destaques um a um. Ato seguinte, o **M. Reitor** coloca  
974 em votação a proposta encaminhada pelo Cons. Mauro Wilton de Sousa, da  
975 ECA, de alteração do inciso I, do § 1º do art 13. **Votação**: Pelo painel  
976 eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 89 (oitenta e nove); Não = 4  
977 (quatro); Abstenções = 10 (dez); Total de votantes = 103. É aprovada a  
978 proposta encaminhada pelo Cons. Mauro Wilton de Sousa. **M. Reitor**: “Vamos  
979 agora passar à votação do destaque que significa acrescentar a esse  
980 substitutivo um artigo dizendo que os que concorreram e não tiveram o primeiro  
981 lugar nos últimos 5 anos tem uma progressão automática, sem necessidade de

982 qualquer verificação.” **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte  
983 resultado: Sim = 42 (quarenta e dois); Não = 49 (quarenta e nove); Abstenções  
984 = 12 (doze); Total de votantes = 103. Não é aprovada a proposta encaminhada.  
985 **M. Reitor:** “Foi aprovado por dois anos, como um consenso de solução de  
986 compromisso, essa avaliação por esse período. Além de agradecer aos  
987 membros da Comissão que prepararam tudo o que acaba de ser votado,  
988 lembro os nomes daqueles que, efetivamente, participaram da Comissão  
989 originária da qual brotou a aprovação da mudança regimental: Professor  
990 Glaucius Oliva, Professor Marcos Felipe Silva de Sá, Professor Luiz Roberto  
991 Giorgetti de Britto, Professor Sergio Antonio Vanin, Professor Celso de Barros  
992 Gomes, Professor Walter Colli, que participou durante um período e Professor  
993 José Roberto Postalli Parra. Tendo tido a confiança da Reitora que me  
994 antecedeu para presidir essa Comissão, lembro-me da extrema boa vontade e  
995 do trabalho que essas pessoas fizeram, sem interesse pessoal, porque eram  
996 todos já Titulares. Eu, que fui, durante 23 anos, Professor Adjunto e Associado,  
997 sei bem o que significa passar um período tão longo sem possibilidade  
998 qualquer de progressão. Portanto, agradeço a todos e tenho certeza de que no  
999 período de 2 anos ainda terei a satisfação de colocar em discussão o projeto  
1000 definitivo. Espero que até aquele momento já tenhamos alguma coisa da  
1001 carreira feita e, também, junto ao CRUESP, de uma forma melhor do que ela  
1002 está hoje.” A seguir, passa-se ao **CADERNO II – ALTERAÇÃO DO**  
1003 **REGIMENTO GERAL DA USP. 1. PROCESSO 2010.1.1245.58.0 –**  
1004 **FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO.** Proposta de  
1005 alteração do artigo 135 do Regimento Geral, encaminhada pela FORP, bem  
1006 como consequente alteração dos artigos 138 e 139, sugerido pela CLR. Ofício  
1007 do Diretor da FORP, Prof. Dr. Osvaldo Luiz Bezzon, ao Magnífico Reitor, Prof.  
1008 Dr. João Grandino Rodas, encaminhando a proposta de alteração do artigo 135  
1009 do Regimento Geral da USP, o qual dispõe sobre as provas de concurso para  
1010 os cargos de Professor Doutor, sugerindo que quando a Unidade for realizar  
1011 concurso em duas fases, sejam realizadas quatro provas: Prova Escrita  
1012 Eliminatória (quando tratar de concurso em duas fases); Prova Didática;  
1013 Julgamento do Memorial com Prova Pública de Arguição; outra prova a critério  
1014 da Unidade. Esclarece que as Unidades que optarem em proceder o concurso  
1015 em apenas uma fase, não terão a Prova Escrita Eliminatória que, neste caso,  
1016 passa a ser a outra prova a critério da Unidade (23.09.10). **Parecer da PG-**  
1017 **USP:** manifesta que sob o aspecto jurídico não existe óbice a que se inclua no  
1018 artigo 135 do Regimento Geral a realização de mais uma prova, a critério de  
1019 cada Unidade, que poderá estar prevista nos Regimentos Internos (22.11.10).  
1020 **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o  
1021 entendimento exposto no parecer do relator, **Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira,**  
1022 no sentido de permitir que cada Unidade escolha o número de provas que lhe  
1023 convém, nos concursos de Professor Doutor realizados em duas fases,  
1024 recomendando a confecção de uma minuta de Resolução, permitindo a  
1025 inclusão de uma quarta prova, a critério da Unidade (1º.03.11). **Texto atual:**  
1026 Artigo 135 - As provas para o concurso de professor doutor constam de: I -  
1027 julgamento do memorial com prova pública de arguição; II - prova didática; III -  
1028 outra prova, a critério da Unidade; § 1º - As provas do concurso para professor  
1029 doutor poderão ser feitas em duas fases, devendo essa disposição constar do  
1030 edital de abertura do concurso.(acrescido pela Resolução nº 5233/2005). § 2º -

1031 Se o concurso se processar em duas fases, a primeira será eliminatória e  
1032 deverá consistir em prova escrita. Nesse caso, o candidato que obtiver nota  
1033 menor do que 7,0 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora,  
1034 estará eliminado do concurso. (acrescido pela Resolução nº 5233/2005). § 3º -  
1035 A prova escrita eliminatória deverá ser realizada nos termos do art. 139 e seu  
1036 parágrafo único. (acrescido pela Resolução nº 5233/2005). § 4º - A Comissão  
1037 Julgadora apresentará, em sessão pública, as notas recebidas pelos  
1038 candidatos na prova escrita eliminatória. (acrescido pela Resolução nº  
1039 5233/2005). Artigo 138 - A outra prova referida no inciso III do art 135 deste  
1040 regimento, será estabelecida e regulamentada nos regimentos das Unidades.  
1041 Artigo 139 - Caso a prova referida no artigo anterior seja escrita, aplicam-se as  
1042 seguintes normas: ... VII - a critério da Unidade a prova poderá ser eliminatória,  
1043 devendo esta norma constar do edital de abertura do concurso. (acrescido pela  
1044 Resolução nº 5233/2005). **Texto proposto:** Artigo 135 – As provas para o  
1045 concurso de professor doutor poderão ser feitas em duas fases, devendo essa  
1046 disposição constar do edital de abertura do concurso. § 1º - As provas para o  
1047 concurso de professor doutor realizado em uma única fase constam de: I –  
1048 julgamento do memorial com prova pública de arguição; II – prova didática; III –  
1049 outra prova, a critério da Unidade. § 2º - As provas para o concurso de  
1050 professor doutor realizado em duas fases constam de: I – prova escrita; II –  
1051 julgamento do memorial com prova pública de arguição; III - prova didática; IV -  
1052 outra prova, a critério da Unidade. § 3º - Se o concurso se processar em duas  
1053 fases, a primeira será eliminatória e deverá consistir em prova escrita. Nesse  
1054 caso, o candidato que obtiver nota menor do que 7,0 (sete), da maioria dos  
1055 membros da Comissão Julgadora, estará eliminado do concurso. § 4º - Se o  
1056 concurso se processar em duas fases, a inclusão de outra prova adicional,  
1057 além da prova escrita, conforme o inciso IV ficará a critério da Unidade. § 5º - A  
1058 prova escrita eliminatória deverá ser realizada nos termos do art. 139 e seu  
1059 parágrafo único. § 6º - A Comissão Julgadora apresentará, em sessão pública,  
1060 as notas recebidas pelos candidatos na prova escrita eliminatória. § 7º - As  
1061 provas mencionadas neste artigo serão obrigatoriamente realizadas em idioma  
1062 nacional, salvo nas áreas de língua e literatura estrangeira. § 8º - Havendo  
1063 justificado interesse da Universidade, a critério da CAA, as provas poderão ser  
1064 realizadas em idioma nacional e em idioma estrangeiro. Artigo 138 – A outra  
1065 prova referida no inciso III do § 1º e inciso IV do § 2º do art. 135 deste  
1066 Regimento, será estabelecida e regulamentada nos Regimentos das Unidades.  
1067 Artigo 139 - À prova escrita, aplicam-se as seguintes normas:...VII – suprimido.  
1068 Minuta de Resolução que altera os artigos 135, 138 e 139 do Regimento Geral,  
1069 aprovada pela CLR em 22.03.11 (22.03.11). **Cons. Antonio Magalhães**  
1070 **Gomes Filho:** "A CLR opinou favoravelmente à proposta da Direção da  
1071 Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, que é uma proposta de alteração  
1072 do artigo 135 do Regimento Geral desta Universidade, que define as provas  
1073 dos concursos para ingresso na carreira docente. Tendo em vista os concursos  
1074 realizados em duas fases, nos quais a primeira fase é obrigatoriamente  
1075 constituída por prova escrita, a proposta da FORP sugere que a segunda fase  
1076 compreenda três provas: didática, julgamento de memorial com arguição e  
1077 outra prova, a critério da Unidade. A proposta deriva de preocupação com a  
1078 inflexibilidade que a atual redação do artigo 135 do Regimento Geral impõe aos  
1079 concursos processados em duas fases. Nos concursos de uma só fase, o item

1080 terceiro permite que a Unidade escolha a modalidade de uma das provas. Nos  
1081 concursos em duas fases, perde-se essa liberdade, porque a prova escrita  
1082 substitui a mencionada no item terceiro, ou seja, a prova de escolha pela  
1083 Unidade. As Unidades que preferem realizar prova prática ficam assim  
1084 obrigadas a realizar o concurso em uma só fase, o que cria dificuldades  
1085 quando há muitos candidatos. A proposta da FORP que visa resolver esse  
1086 problema não enfrenta nenhum obstáculo formal, e merece ser apreciada pelo  
1087 Conselho Universitário. Todavia, o parecer que foi elaborado pelo Professor  
1088 Luiz Nunes, diz que parece rígido demais exigir que todo concurso de duas  
1089 fases tenha quatro provas. As Unidades que encontram na prova escrita o  
1090 melhor instrumento para avaliar seus candidatos teriam de realizar mais uma  
1091 prova, um exame menos seletivo, ou apenas para satisfazer o Regimento  
1092 Geral. Estaríamos trocando uma inflexibilidade por outra. Então, propõe o  
1093 Professor Luiz Nunes, no parecer aprovado pela CLR, que seria melhor deixar  
1094 a Unidade escolher o número de provas que lhe convém. Esse foi o parecer  
1095 apresentado pelo Professor Luiz Nunes e aprovado por unanimidade pela  
1096 CLR.” **Prof. Dr. Rubens Beçak:** “Os autores da proposta, Prof. Osvaldo Luiz  
1097 Bezzon, da FORP e o Prof. Renato de Figueiredo Jardim, do IF encontram-se à  
1098 disposição para qualquer esclarecimento. **M. Reitor:** “Por favor, se alguém tiver  
1099 alguma dúvida, fique a vontade. Isso significa agilização e não coarctação de  
1100 palavra. Em não havendo nenhuma observação, passaremos à votação.”  
1101 **Votação:** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 82  
1102 (oitenta e dois); Não = 0 (zero); Abstenções = 18 (dezoito); Total de votantes =  
1103 100. É aprovada a proposta de alteração do artigo 135 do Regimento Geral,  
1104 encaminhada pela FORP, bem como a consequente alteração dos artigos 138  
1105 e 139, sugerido pela CLR. **2. PROCESSO 2010.1.2040.46.0 – INSTITUTO DE**  
1106 **QUÍMICA.** Proposta de alteração do artigo 148 e do § 2º do artigo 162 do  
1107 Regimento Geral da USP. Ofício do Diretor do IQ, Prof. Dr. Fernando Rei  
1108 Ornellas, ao Vice-Reitor, Prof. Dr. Helio Nogueira da Cruz, solicitando alteração  
1109 do artigo 148 e do parágrafo 2º do artigo 162 do Regimento Geral, que tratam  
1110 do prazo para nomeação dos candidatos indicados em concurso público para a  
1111 carreira docente, tendo em vista o tempo necessário aos procedimentos  
1112 regimentais e administrativos após a decisão da Congregação sobre o  
1113 Relatório Final da Comissão Julgadora nos concursos de títulos e provas para  
1114 provimento de cargo de Professor Doutor e de Professor Titular tem se tornado  
1115 insuficiente e que às vezes o processo é encaminhado incompleto ou com  
1116 falhas, que ocasionam a devolução do mesmo. Desta forma, sugere que o  
1117 prazo estabelecido seja estendido para vinte dias, em ambos os casos  
1118 referenciados (07.12.10). **Texto atual:** Artigo 148 - As propostas de nomeação  
1119 dos candidatos indicados deverão ser encaminhadas pelo Diretor da Unidade  
1120 ao Reitor, nos dez dias subsequentes à decisão da Congregação. Artigo 162 -  
1121 ...§ 2º - A Unidade encaminhará ao Reitor a proposta de nomeação do  
1122 candidato indicado, nos dez dias subsequentes à homologação do concurso.  
1123 **Texto proposto:** Artigo 148 - As propostas de nomeação dos candidatos  
1124 indicados deverão ser encaminhadas pelo Diretor da Unidade ao Reitor, nos  
1125 vinte dias subsequentes à decisão da Congregação. Artigo 162 - ...§ 2º - A  
1126 Unidade encaminhará ao Reitor a proposta de nomeação do candidato  
1127 indicado, nos vinte dias subsequentes à homologação do concurso. **Parecer da**  
1128 **PG-USP:** sob o aspecto jurídico-formal, nada obsta à alteração pretendida

1129 (21.03.11). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos),  
1130 o parecer do relator, **Prof. Dr. Antonio Magalhães Gomes Filho**, favorável à  
1131 alteração do artigo 148 e do § 2º do artigo 162 do Regimento Geral da USP  
1132 (26.04.11). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **Prof. Dr.**  
1133 **Rubens Beçak:** “O Prof. Fernando Rei Ornellas, do IQ, encontra-se à  
1134 disposição para qualquer esclarecimento.” **Cons. Antonio Magalhães Gomes**  
1135 **Filho:** “Essa é uma alteração muito simples, proposta pelo Professor Fernando  
1136 Rei Ornellas, Diretor do Instituto de Química, que consiste na alteração do  
1137 artigo 148 e do parágrafo 2º, artigo 162, do Regimento Geral, que tratam do  
1138 prazo de nomeação dos candidatos indicados em concurso público para  
1139 carreira docente. O Professor sugere a ampliação do referido prazo de 10 para  
1140 20 dias, tendo em conta que muitas vezes o processo é encaminhado  
1141 incompleto ou com falhas que acarretam a devolução para alguma providência.  
1142 Na verdade, é uma alteração que visa a simplificar, porque nada obsta que nos  
1143 10 dias ou até antes sejam nomeados os candidatos. A CLR se manifestou, o  
1144 parecer foi meu, favoravelmente à proposta.” **M. Reitor:** “Ninguém desejando  
1145 se manifestar, passaremos à votação.” **Votação:** Pelo painel eletrônico, obtém-  
1146 se o seguinte resultado: Sim = 82 (oitenta e dois); Não = 0 (zero); Abstenções =  
1147 18 (dezoito); Total de votantes = 100. É aprovado o parecer da CLR favorável à  
1148 alteração do artigo 148 e do § 2º do artigo 162 do Regimento Geral da USP.  
1149 Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao **CADERNO III – REGIMENTOS. M. Reitor:**  
1150 “O próximo Caderno são os Regimentos. Faria uma sugestão, pois temos no  
1151 Caderno III vários Regimentos e solicito que os colegas Conselheiros  
1152 verifiquem se desejam pedir destaque de algum, com toda a liberdade. Se não  
1153 houver pedido de destaque serão votados em bloco. Alguém deseja pedir  
1154 destaque de algum processo do Caderno III?” Havendo solicitação de destaque  
1155 para os itens 4 (Regimento do IRI) e 6 (Regimento do MAE) do Caderno III, o  
1156 **Prof. Dr. Rubens Beçak** anuncia os itens que serão votados em bloco: “No  
1157 Caderno III temos: proposta de novo Regimento do Conselho de Cultura e  
1158 Extensão Universitária, proposta de novo Regimento da Faculdade de  
1159 Odontologia de Bauru, da Escola de Enfermagem, Regimento do recém-criado,  
1160 enquanto Unidade, Instituto de Relações Internacionais, idem ibidem Instituto  
1161 de Arquitetura e Urbanismo, novo Regimento do Museu de Arqueologia e  
1162 Etnologia, novo Regimento do Instituto de Eletrotécnica e Energia e, no  
1163 Caderno IV, temos alteração do Regimento do Instituto de Física.” **1.**  
1164 **PROTOCOLADO 2009.5.2195.1.9 – PRÓ-REITORIA DE CULTURA E**  
1165 **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.** Proposta de novo Regimento de Cultura e  
1166 Extensão Universitária da USP. Ofício do Pró-Reitor *pro tempore* de Cultura e  
1167 Extensão Universitária, Prof. Dr. Ruy Alberto Corrêa Altafim, à Coordenadora  
1168 da Câmara de Cursos de Extensão, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Namie Okino Sawada e à  
1169 Coordenadora da Câmara de Ação Cultural e de Extensão Universitária, Prof.<sup>a</sup>  
1170 Dr.<sup>a</sup> Neli Marisa Azevedo Silva, solicitando que indiquem três nomes de  
1171 docentes do CoCEX, para a composição de comissão específica para revisão  
1172 do Regimento de Cultura e Extensão Universitária, tendo em vista as propostas  
1173 anexas encaminhadas pela Câmara do Conselho de Cultura e Extensão  
1174 Universitária (1º.12.09). Ofícios das Coordenadoras da Câmara de Ação  
1175 Cultural e de Extensão Universitária e Câmara de Cursos de Extensão,  
1176 encaminhando os nomes sugeridos para compor a Comissão de Revisão do  
1177 Regimento de Cultura e Extensão Universitária (11.02 e 25.03.10). Portaria

1178 PRCEU nº 38, criando o Grupo de Trabalho com a incumbência de elaborar  
1179 proposta de Revisão do Regimento de Cultura e Extensão Universitária  
1180 (12.05.10). Informação do Presidente do Grupo de Trabalho para Elaboração  
1181 da Proposta de Revisão do Regimento de Cultura e Extensão Universitária,  
1182 Prof. José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres, encaminhando as sugestões  
1183 de alteração no Regimento (02.12.10). Informação do Presidente do Grupo de  
1184 Trabalho encaminhando outras alterações no Regimento de Cultura e Extensão  
1185 Universitária (28.04.11). Parecer da Câmara de Ação Cultural e de Extensão  
1186 Universitária: aprova a redação do novo Regimento de Cultura e Extensão  
1187 Universitária da USP. Especificamente, no tocante à Residência, delibera  
1188 manter o texto em vigor na Resolução nº 4940/02 e, adicionalmente, promover  
1189 estudos de adequação à Resolução CoCEX nº 5856/10, que regulamenta as  
1190 atividades de Residência, Prática Profissionalizante e Programa de Atualização  
1191 de Extensão Universitária da USP e dá outras providências (05.05.11). **Parecer**  
1192 **do CoCEX:** após ampla discussão, aprova, por maioria dos presentes (29 votos  
1193 favoráveis e 1 contrário), a proposta do novo Regimento de Cultura e Extensão  
1194 Universitária (12.05.11). **Parecer da PG-USP:** sugere alterações no § 3º do  
1195 artigo 7º e no § 1º do artigo 8º da proposta e recomenda que a expressão  
1196 “servidores não docentes” ou “servidores técnico-administrativos” seja  
1197 substituída por “servidores técnicos e administrativos”, em razão da Resolução  
1198 nº 5912, de 11.05.11, que dispõe sobre a carreira dos servidores técnicos e  
1199 administrativos (07.06.11). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos  
1200 presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Colombo Celso Gaeta**  
1201 **Tassinari**, favorável à proposta da nova redação do Regimento de Cultura e  
1202 Extensão Universitária (22.06.11). Minuta de Resolução preparada pela  
1203 Secretaria Geral. **2. PROCESSO 72.1.14853.1.2 – ESCOLA DE**  
1204 **ENFERMAGEM.** Proposta de novo Regimento da Escola de Enfermagem.  
1205 Versão consolidada do Regimento da EE, com os esclarecimentos acerca da  
1206 nova redação. **Parecer da PG-USP:** elabora quadro comparativo, com as  
1207 alterações propostas, oferecendo sugestões quando pertinentes. Observa que  
1208 a proposta não tratou da composição da Comissão Coordenadora de  
1209 Programas, prevista no art. 37 do Regimento da Pós-Graduação. No entanto,  
1210 tal omissão não impede o funcionamento da Comissão, que deverá se compor  
1211 conforme o previsto no Capítulo V do Regimento da Pós-Graduação. Salaria  
1212 que a composição da Comissão é matéria que oferece campo normativo aberto  
1213 à conveniência da Unidade, observadas as restrições da Resolução nº  
1214 5473/08. Do exposto, entende que a proposta com as sugestões pode ser  
1215 reapreciada pela Unidade (05.11.10). **Parecer da Congregação da EE:** aprova  
1216 as sugestões da PG-USP, após manifestação favorável das Comissões de  
1217 Pós-Graduação e de Pesquisa. A Comissão de Pesquisa sugere a alteração do  
1218 inciso II, do artigo 27 (15.12.10). **Parecer da PG-USP:** observa que as  
1219 sugestões formuladas foram aprovadas pela Congregação da Unidade. A  
1220 redação do inciso II do artigo 27, proposta pela Comissão de Pesquisa está de  
1221 acordo com as normas estatutárias e regimentais, recomendando apenas a  
1222 supressão da vírgula antes do conectivo “e”. Ressalta, ainda, que o suplente,  
1223 seja da categoria docente, seja da discente, somente atua na qualidade de  
1224 membro da Comissão nas hipóteses de ausência ou impedimento do titular  
1225 (11.01.11). A Unidade informa que, como a alteração não altera o teor do texto,  
1226 não há necessidade de nova aprovação pela Congregação da EE e encaminha

1227 a nova versão do Regimento com as alterações propostas (18.01.11). **Parecer**  
1228 **da PG-USP:** atendidas as recomendações propostas anteriormente pela PG-  
1229 USP, entende que a correção proposta no Parecer PG.P.021/11 realmente não  
1230 altera o teor do texto, não havendo necessidade de sua aprovação pela  
1231 Congregação da Unidade (21.01.11). **Parecer da CLR:** aprova, por  
1232 unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Colombo**  
1233 **Celso Gaeta Tassinari**, favorável à proposta do novo Regimento da Escola de  
1234 Enfermagem (1º.03.11). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral.  
1235 **3. PROCESSO 91.1.1435.25.9 – FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE**  
1236 **BAURU.** Proposta de novo Regimento da Faculdade de Odontologia de Bauru.  
1237 Ofício do Diretor da FOB, Prof. Dr. José Carlos Pereira, ao Magnífico Reitor,  
1238 Prof. Dr. João Grandino Rodas, encaminhando a proposta de alteração do  
1239 Regimento da Unidade, sugerida por Comissão designada pela direção e  
1240 aprovada, por unanimidade, pela Congregação em 07.06.10 (23.09.10).  
1241 **Parecer da PG-USP:** apresenta quadro sinótico com sugestões de alterações  
1242 em relação à proposta, estando as mesmas de acordo com as normas  
1243 estatutárias e regimentais. Tece comentários sobre alguns dispositivos que  
1244 podem gerar controvérsia e sugere a revogação do atual Regimento, com  
1245 aprovação do presente projeto de reforma, que passará a vigorar como novo  
1246 Regimento da Unidade (10.01.11). Ofício do Diretor da FOB ao Magnífico  
1247 Reitor, encaminhando proposta do novo Regimento da FOB, com as sugestões  
1248 apresentadas pela PG-USP, aprovada, por unanimidade, pela Congregação  
1249 em 17.02.11 (10.03.11). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos  
1250 presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Sérgio França Adorno de**  
1251 **Abreu**, favorável ao novo Regimento da Faculdade de Odontologia de Bauru,  
1252 com as recomendações propostas (26.04.11). Minuta de Resolução preparada  
1253 pela Secretaria Geral. **5. PROCESSO 11.1.12026.1.0 – INSTITUTO DE**  
1254 **ARQUITETURA E URBANISMO.** Proposta de Regimento do Instituto de  
1255 Arquitetura e Urbanismo - IAU. Portaria do Reitor, de 18.01.11, designando o  
1256 Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Martins, o Prof. Dr. Rubens Beçak e o Dr.  
1257 Regis Lattouf para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão para  
1258 propor ao Conselho Universitário o Regimento do Instituto de Arquitetura e  
1259 Urbanismo, publicada no D.O. de 03.02.11 (03.02.11). Ofício do Prof. Dr.  
1260 Carlos Alberto Ferreira Martins, Presidente da Comissão designada para  
1261 elaboração do Regimento do IAU, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino  
1262 Rodas, encaminhando a proposta final para apreciação pelos órgãos  
1263 competentes (17.05.11). **Parecer da PG-USP:** sugere nova redação ao § 1º do  
1264 art. 8º; que seja substituído o vocábulo "indicadas" por "aprovadas" no inciso III  
1265 do art. 27 e no inciso IV do art. 30 e, no inciso II do art. 30, sugere a exclusão  
1266 da expressão "e no julgamento dos títulos" (31.05.11). Manifestação dos  
1267 membros da Comissão designada para elaboração do Regimento do IAU,  
1268 concordando com a incorporação das sugestões da PG-USP (03.06.11).  
1269 Minuta de Resolução que baixa o Regimento do Instituto de Arquitetura e  
1270 Urbanismo, incorporadas as sugestões da PG-USP. **Parecer da CLR:** aprova,  
1271 por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr.**  
1272 **Antonio Magalhães Gomes Filho**, favorável à proposta do Regimento do  
1273 Instituto de Arquitetura e Urbanismo (22.06.11). **7. PROCESSO 99.1.3223.1.9 –**  
1274 **INSTITUTO DE ELETROTÉCNICA E ENERGIA.** Proposta do novo Regimento  
1275 do Instituto de Eletrotécnica e Energia. Ofício do Presidente do Conselho

1276 Deliberativo do IEE, Prof. Dr. Ivan Gilberto Sandoval Falleiros e do Diretor do  
1277 IEE, Prof. Dr. José Aquiles Baesso Grimoni, ao Secretário Geral, Prof. Dr.  
1278 Rubens Beçak, encaminhando a proposta do novo Regimento do IEE,  
1279 aprovado pelo Conselho Deliberativo em 09.12.09 (11.02.10). **Parecer da PG-**  
1280 **USP:** sugere várias alterações na proposta encaminhada: com relação ao  
1281 aspecto formal da redação do texto, recomenda a observância da legislação  
1282 específica que trata da elaboração, alteração e consolidação das leis e atos  
1283 normativos. Com relação à análise da proposta de Regimento, sugere algumas  
1284 alterações nos artigos: 2º, I; 6º, § 2º; 8º; 10, XII; 12, § 4º; 13; 14, III, V, VI, § 1º;  
1285 15, VI; 17 a 20; 22; 23; 24, I, II e IV; 25; 26; 30 a 32; Capítulo XI; 33; e 34.  
1286 Sugere, ainda, a inclusão do Instituto de Física de São Carlos, do Instituto de  
1287 Química de São Carlos e da Escola de Engenharia de São Carlos como  
1288 Unidades-afins, com fundamento no princípio da isonomia entre as Unidades,  
1289 bem como em respeito ao interesse intersetorial e o correspondente  
1290 desenvolvimento de programas de interesse geral (11.06.10). Ofício do Diretor  
1291 em exercício do IEE, Prof. Dr. Adnei Melges de Andrade, ao Procurador Geral  
1292 da USP, Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco, encaminhando a  
1293 proposta de Regimento do IEE modificada, para continuidade da tramitação  
1294 (15.09.10). **Parecer da PG-USP:** observa duas espécies de falhas na versão  
1295 da última proposta de reforma do Regimento: a) falhas meramente redacionais  
1296 de transcrição das sugestões formuladas no parecer da PG e b) falhas de  
1297 organização do conteúdo que se pretende alterar na nova versão. Faz algumas  
1298 sugestões de alteração, inclusive no § 2º do art. 17; § 4º do art. 18 e § 1º do  
1299 art. 22 (26.10.10). Ofício do Diretor do IEE, Prof. Dr. José Aquiles Baesso  
1300 Grimoni, ao Procurador Geral da USP, encaminhando a proposta de  
1301 Regimento do IEE alterada de acordo com o parecer da PG-USP (08.12.10).  
1302 **Parecer da PG-USP:** observa que as alterações sugeridas foram acolhidas e  
1303 introduzidas na nova versão da proposta de Regimento, restando apenas  
1304 pequenos ajustes formais de redação nos §§ 1º e 2º do art. 17; § 1º do art. 22;  
1305 art. 13; e Capítulo XIII - Das Disposições Transitórias (16.12.10). **Parecer da**  
1306 **CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator,  
1307 **Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira,** favorável à proposta do novo Regimento do  
1308 Instituto de Eletrotécnica e Energia - IEE (1º.03.11). Minuta de Resolução  
1309 preparada pela Secretaria Geral. **CADERNO IV – ALTERAÇÃO DE**  
1310 **REGIMENTO DE UNIDADE. 1. PROTOCOLADO 2010.5.224.43.9 –**  
1311 **INSTITUTO DE FÍSICA.** Alteração dos artigos 44 a 48 do Regimento do  
1312 Instituto de Física, a fim de adequá-lo à Resolução CoG nº 5500/2009, que  
1313 estabelece normas para o funcionamento das Comissões Coordenadoras de  
1314 Cursos. Ofício do Diretor do Instituto de Física, Prof. Dr. Renato de Figueiredo  
1315 Jardim, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, encaminhando  
1316 proposta de alteração dos artigos 44 a 48 do Regimento da Unidade, para  
1317 adequação aos termos da Resolução CoG nº 5500/09. A proposta foi aprovada  
1318 por maioria absoluta de votos, em sessão da Congregação, realizada em  
1319 30.09.10 (1º.10.10). **Parecer da PG-USP:** a fim de simplificar a análise,  
1320 apresenta quadro sinótico oferecendo uma comparação entre os dispositivos  
1321 do Regimento atual e os da proposta, sugerindo alteração nos artigos 44, 46 e  
1322 48, apenas sob aspectos formais relacionados à redação da norma (20.12.10).  
1323 **Texto atual:** Artigo 44 - O curso de bacharelado em Física em suas diversas  
1324 habilitações será coordenado por uma Comissão de Coordenação do Curso de

1325 Bacharelado em Física composta pelos seguintes membros: (renumerado pelo  
1326 art. 4º da Resolução nº 4265/96). I - quatro docentes do Instituto de Física; II -  
1327 um docente do Instituto de Matemática e Estatística; III - um representante do  
1328 corpo docente do Curso de Bacharelado do Instituto de Física. Artigo 45 - O  
1329 curso de Licenciatura em Física será coordenado por uma Comissão de  
1330 Coordenação do Curso de Licenciatura em Física composta pelos seguintes  
1331 membros: (renumerado pelo art. 4º da Resolução nº 4265/96). I - quatro  
1332 docentes do Instituto de Física; II - dois docentes da Faculdade de Educação;  
1333 III - um docente do Instituto de Matemática e Estatística; IV - um representante  
1334 do corpo docente do curso de licenciatura em Física. Artigo 46 - A forma de  
1335 escolha dos membros das Comissões a que se referem os artigos 38 e 39,  
1336 obedecerá as seguintes normas: (renumerado pelo art. 4º da Resolução nº  
1337 4265/96). I - os membros a que se referem os incisos I dos artigos referidos no  
1338 caput serão eleitos pela CG do IF; II - os membros a que se referem os incisos II do  
1339 art. 38 e II e II do art. 39 serão indicados pelas respectivas Unidades; III - os  
1340 membros a que se referem os incisos III do art. 38 e IV do art. 39 serão eleitos  
1341 dentre os alunos regularmente matriculados. §1º - Em cada uma das  
1342 Comissões de Coordenação, dois dos membros a que se refere o inciso I  
1343 deverão ser membros da Comissão de Graduação. Um escolhido entre seus  
1344 membros titulares e outro entre seus membros suplentes. §2º - O mandato dos  
1345 membros docentes das Comissões de Coordenação de Cursos será de três  
1346 anos, permitida a recondução. §3º - O mandato de membros referidos no §1º  
1347 cessa automaticamente no momento em que expirar seu mandato na  
1348 Comissão de Graduação. §4º - Os representantes discentes terão mandato de  
1349 um ano, permitida a recondução. Artigo 47 - As Comissões de Coordenação de  
1350 Cursos elegerão seu Coordenador e respectivo suplente dentre os membros  
1351 docentes do IF. (renumerado pelo art. 4º da Resolução nº 4265/96). Parágrafo  
1352 único - Os mandatos do Coordenador e respectivo suplente serão de três anos,  
1353 permitida a recondução, e se extinguirão automaticamente quando vencerem  
1354 os mandatos a que se referem os §2º e 3º do artigo anterior. Artigo 48 – São  
1355 atribuições das Comissões de Coordenação de Cursos: (renumerado pelo art.  
1356 4º da Resolução nº 4265/96). I - analisar as propostas das Comissões de  
1357 Graduação envolvidas no Curso ou Habilitação tendo em vista a ordenação  
1358 hierarquizada das disciplinas ministradas pelas Unidades interessadas e  
1359 respectivas cargas horárias; II - analisar a pertinência do conteúdo  
1360 programático e definir a integração, no Curso ou Habilitação, das disciplinas  
1361 propostas pela Comissão de Graduação das demais Unidades; III - submeter à  
1362 Comissão de Graduação da Unidade à qual o Curso ou Habilitação está  
1363 vinculado a proposta global do respectivo currículo. **Texto proposto:** Artigo 44  
1364 – A coordenação dos cursos e habilitações cabe à: I - Comissão Coordenadora  
1365 do Curso de Licenciatura: CoC-L; II – Comissão Coordenadora do Curso de  
1366 Bacharelado: CoC-B. Artigo 45 – A indicação dos membros para composição  
1367 das CoCs será feita a partir da proposta da Comissão de Graduação,  
1368 homologada pela Congregação. Artigo 46 – Serão membros da CoC: I –  
1369 docentes do Instituto de Física e docentes de órgãos de Integração ou Museus  
1370 participantes do curso, guardada a proporcionalidade em relação à carga  
1371 horária do curso; II – representação discente, equivalente a 20% da  
1372 representação docente, eleita por seus pares. §1º - O mandato dos membros  
1373 docentes da CoC será de três anos, permitidas reconduções. §2º - A

1374 representação docente será renovada anualmente pelo terço. §3º - Os  
1375 representantes discentes terão mandato de um ano, permitida uma  
1376 recondução. Artigo 47 – A CoC elegerá seu Coordenador e respectivo suplente  
1377 dentre os seus membros docentes, pertencentes à Unidade responsável pelo  
1378 oferecimento do curso. § 1º - O coordenador ou um dos membros da CoC  
1379 deverá fazer parte da Comissão de Graduação. § 2º - O mandato dos  
1380 Coordenadores e suplentes será de dois anos, permitidas até duas  
1381 reconduções. § 3º - Ao final de cada mandato da coordenação, a CG deverá  
1382 aprovar e encaminhar relatório de atividades desenvolvidas pelas suas CoCs,  
1383 ao CoG. Artigo 48 – São atribuições das CoCs, em consonância com as  
1384 diretrizes estabelecidas pela CG a qual está vinculada: I – coordenar a  
1385 implementação e a avaliação do projeto político pedagógico do curso  
1386 considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes  
1387 Curriculares vigentes e, no caso de cursos de licenciatura, o Programa de  
1388 Formação de Professores da Universidade; II – encaminhar propostas de  
1389 reestruturação do projeto político pedagógico e da respectiva estrutura  
1390 curricular (disciplinas, módulos ou eixos temáticos) à CG da Unidade a qual o  
1391 curso ou habilitação está vinculado, ouvidos, quando for o caso, os  
1392 Departamentos; III – coordenar o planejamento, a execução e a avaliação dos  
1393 programas de ensino/aprendizagem das disciplinas, módulos ou eixos  
1394 temáticos; IV – elaborar a proposta de renovação de reconhecimento do curso;  
1395 V – analisar a pertinência do conteúdo programático e carga horária das  
1396 disciplinas, módulos ou eixos temáticos, de acordo com o projeto político  
1397 pedagógico, propondo alterações no que couber; VI – promover a articulação  
1398 entre os docentes envolvidos no curso ou habilitação com vistas à integração  
1399 interdisciplinar ou interdepartamental na implementação das propostas  
1400 curriculares; VII – acompanhar a progressão dos alunos durante o curso ou  
1401 habilitação, propondo ações voltadas à prática docente ou à implementação  
1402 curricular, quando for o caso; VIII – propor à CG alterações do número de  
1403 vagas do curso ou habilitação, ouvidos, quando for o caso, os Departamentos  
1404 envolvidos; IX – submeter a proposta global do respectivo currículo à CG da  
1405 Unidade a qual o curso ou habilitação está vinculado; X – outras funções que  
1406 lhe forem atribuídas pelo CoG ou que lhe forem delegadas pela CG da Unidade  
1407 responsável pelo oferecimento do curso ou habilitação. **Parecer da**  
1408 **Congregação do IF:** aprova as sugestões de alteração encaminhadas pela  
1409 PG-USP (24.02.11). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes  
1410 (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Antonio Magalhães Gomes Filho,**  
1411 favorável à alteração dos artigos 44 a 48 do Regimento do Instituto de Física  
1412 (22.03.11). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **Prof. Dr.**  
1413 **Rubens Beçak:** “Serão votados, em bloco, os Regimentos: da Pró-Reitoria de  
1414 Cultura e Extensão Universitária, da Escola de Enfermagem, da Faculdade de  
1415 Odontologia de Bauru, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, do Instituto de  
1416 Eletrotécnica e Energia e depois alteração de Regimento no Instituto de Física.”  
1417 **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 87  
1418 (oitenta e sete); Não = 0 (zero); Abstenções = 15 (quinze); Total de votantes =  
1419 102. São aprovados, em bloco, os Regimentos constantes nos itens 1, 2, 3, 5 e  
1420 7, do Caderno III e o Caderno IV. **6. PROCESSO 2006.1.428.71.7 – MUSEU**  
1421 **DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA.** Proposta de novo Regimento do Museu  
1422 de Arqueologia e Etnologia - MAE. Ofício da Diretora do MAE, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria

1423 Beatriz Borba Florenzano, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas,  
1424 encaminhando nova proposta de Regimento do MAE, aprovada pelo Conselho  
1425 Deliberativo, em reunião realizada em 02 de março de 2011 (03.03.11).  
1426 Informação da Secretaria Geral, encaminhando os autos à PG-USP, tendo em  
1427 vista a edição das Resoluções nºs 5900/2010 e 5901/2010 (16.03.11). **Parecer**  
1428 **da PG-USP**: esclarece que a proposta visa à adequação do Regimento do  
1429 MAE às recentes alterações estatutárias e regimentais aprovadas pelas  
1430 Resoluções nº 5900 e 5901, ambas de 23 de dezembro de 2010 e apresenta  
1431 quadro sinótico, oferecendo sugestões, quando pertinentes, a dispositivos da  
1432 proposta (04.04.2011). Ofício da Diretora do MAE ao Magnífico Reitor,  
1433 encaminhando a proposta de Regimento do MAE, com as alterações sugeridas  
1434 pela PG-USP e aprovadas pelo Conselho Deliberativo em reunião realizada em  
1435 27 de abril de 2011 (02.05.11). **Parecer da CLR**: aprova, por unanimidade dos  
1436 presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Douglas Emygdio de**  
1437 **Faria**, favorável ao novo Regimento do MAE (24.05.11). Minuta de Resolução  
1438 preparada pela Secretaria Geral. **Cons.<sup>a</sup> Cecília Helena Lorenzini de Salles**  
1439 **Oliveira**: "Na verdade, não se trata de um destaque, porém, não poderia deixar  
1440 de falar, porque a apresentação do novo Regimento do Museu de Arqueologia  
1441 e Etnologia constitui em um marco na trajetória dos museus dentro da USP.  
1442 Brevemente, os três outros Museus estatutários também submeterão seus  
1443 novos Regimentos ao Conselho Universitário já que atualmente estão em  
1444 elaboração. A elaboração de novos Regimentos é decorrência da nova posição  
1445 dos Museus dentro da USP, consolidada com a Reforma Estatutária, aprovada  
1446 por este Conselho em 14 de dezembro de 2010. Todos nós dos Museus  
1447 estamos muito esperançosos de que essas alterações aproximem ainda mais  
1448 os Museus das demais Unidades da USP e aprofundem os laços e  
1449 responsabilidades dos Museus da USP com a sociedade. De forma que não  
1450 poderia deixar de falar e ao mesmo tempo pedir uma apreciação especial  
1451 desse Conselho para o novo Regimento do MAE e dizer que em breve, outros  
1452 Regimentos virão." Ninguém mais querendo fazer o uso da palavra, o **M. Reitor**  
1453 coloca em **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim  
1454 = 87 (oitenta e sete); Não = 0 (zero); Abstenções = 15 (quinze); Total de  
1455 votantes = 102. É aprovado o parecer da CLR, favorável ao novo Regimento do  
1456 MAE. **M. Reitor**: "Só lembraria que brevemente começa a construção do Pátio  
1457 dos Museus da Universidade de São Paulo e o MAE será construído por força  
1458 de um acordo que a Universidade participou como beneficiária do Ministério  
1459 Público, de forma que essas companhias estão terminando e não só fizeram o  
1460 projeto, como vão fazer a obra dessa parte do Museu. Lembro que há males  
1461 que vem para o bem, pois justamente foi a promotora que recebeu a  
1462 reclamação dos supostos livros da Biblioteca da Universidade de São Paulo  
1463 que teriam sido destruídos, como foi notificado. Então, o fato de termos entrado  
1464 em contato com ela com referência à questão desses livros é que deu a  
1465 conversa que fez com que a própria promotora, depois, escolhesse a USP para  
1466 receber uma doação incrível, porque só o projeto executivo da obra do Paulo  
1467 Mendes da Rocha custaria R\$ 8 milhões. Então, eles fizeram o projeto inteiro e  
1468 vão fazer a construção do MAE; e não precisa de licitação porque é a própria  
1469 empresa, a Brookfield, uma das maiores do Brasil, portanto espera-se que se  
1470 faça isso com rapidez, que deve começar agora no início do segundo  
1471 semestre. Então, às vezes reclamamos de alguma coisa que acontece, mas há

1472 males que vem para o bem, para todos nós, inclusive para o MAE.” **4.**  
1473 **PROCESSO 11.1.11418.1.2 – INSTITUTO DE RELAÇÕES**  
1474 **INTERNACIONAIS.** Proposta de Regimento do Instituto de Relações  
1475 Internacionais. Portaria do Reitor, de 18.01.11, designando a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria  
1476 Hermínia Brandão Tavares de Almeida, o Prof. Dr. Rubens Beçak e o Dr. Regis  
1477 Lattouf para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão para propor  
1478 ao Conselho Universitário o Regimento do Instituto de Relações Internacionais,  
1479 publicada no D.O. de 03.02.11 (03.02.11). Ofício da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Hermínia  
1480 Brandão Tavares de Almeida, Presidente da Comissão designada para  
1481 elaboração do Regimento do IRI, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino  
1482 Rodas, encaminhando a proposta final, para apreciação pelos órgãos  
1483 competentes (16.05.11). **Parecer da PG-USP:** ressalta a alteração da  
1484 nomenclatura "servidores técnicos-administrativos" por "servidores técnicos e  
1485 administrativos", no art. 8º, inciso VII e no art. 12, inciso VII, tendo em vista a  
1486 aprovação da nova carreira dos servidores técnicos e administrativos da USP.  
1487 Sugere que os dispositivos após o § 1º do art. 8º devam ser renomados para  
1488 alíneas "a", "b" e "c", a fim de se evitar confusões relativamente aos incisos  
1489 alocados logo após o *caput* do art. 8º. Sugere, também, que o inciso II do art.  
1490 17 deixe claro tratar-se de representante da graduação, e que seja acrescido  
1491 ao final do inciso I do art. 24 a expressão "de responsabilidade da Comissão de  
1492 Pós-Graduação e Pesquisa" e ao final do inciso II do mesmo art. 24 a  
1493 expressão "de responsabilidade da Comissão de Graduação, Cultura e  
1494 Extensão Universitária". Por fim, relativamente ao art. 3º das Disposições  
1495 Transitórias, manifesta que seria conveniente que fosse esclarecido que os  
1496 mandatos dos docentes convocados para compor os colegiados, provenientes  
1497 de outras Unidades, deverão ser cumpridos, ainda que docentes do IRI  
1498 ascendam na carreira docente (31.05.11). Manifestação dos membros da  
1499 Comissão designada para elaboração do Regimento do IRI, concordando com  
1500 as adequações sugeridas pela PG-USP (06.06.11). Minuta de Resolução que  
1501 baixa o Regimento do Instituto de Relações Internacionais, com as adequações  
1502 sugeridas pela PG-USP. **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos  
1503 presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Antonio Magalhães**  
1504 **Gomes Filho**, favorável à proposta do Regimento do Instituto de Relações  
1505 Internacionais (22.06.11). **Cons. Gustavo Rodovalho Boriolo:** “Na verdade, o  
1506 destaque que solicitei nos foi passado pelos próprios alunos do Centro  
1507 Acadêmico Guimarães Rosa, que é o Centro Acadêmico do Instituto de  
1508 Relações Internacionais. Primeiro eles pediram à nossa representação  
1509 discente, inclusive para trazer para esse Conselho, o pedido da possibilidade  
1510 deles participarem da discussão do Regimento. A reclamação deles foi que  
1511 essa proposta de Regimento não passou por discussões internas no próprio  
1512 Instituto e que eles teriam, enquanto corpo discente do IRI, coisas a  
1513 acrescentar e a propor para esse novo Regimento e, também, propostas  
1514 quanto à Comissão de Cultura e Extensão do Instituto. A segunda questão, que  
1515 é bem pontual, é que eles observaram no Capítulo 4º, artigo 15, item 6 do  
1516 Regimento, que versa sobre as competências da Diretoria, que dá  
1517 competências ao Diretor de convocar as eleições para os representantes do  
1518 corpo docente, dos servidores e do corpo discente, observaram que há um  
1519 conflito com o artigo 222, § 1º, do Regimento Geral da USP, onde dá  
1520 competência aos próprios estudantes de convocar e realizar as eleições para

1521 representação do corpo discente.” **Cons.<sup>a</sup> Maria Hermínia Brandão Tavares**  
1522 **de Almeida:** “Com relação à eleição dos alunos, seguimos os outros  
1523 Regimentos. Se houve algum equívoco nosso, não haverá nenhum problema  
1524 de nossa parte, pois a direção do Instituto não está pedindo nenhuma mudança  
1525 do que já existe nos Regimentos. Isso passou por nós, pela Procuradoria Geral  
1526 e não temos nenhum interesse em controlar as eleições e muito menos em  
1527 interferir na liberdade dos estudantes. Na verdade, copiamos um Regimento e  
1528 se isso conflitar, a Procuradoria Geral e a Secretaria Geral quem irão dizer e  
1529 então retiraremos. Com relação à discussão, ela houve dentro do Instituto, mas  
1530 foi limitada porque tínhamos um prazo para fazer o Regimento e, em contato  
1531 com o Centro Acadêmico, a única objeção que eles nos expressaram foi o fato  
1532 de que juntamos, pois o IRI tem uma característica, é provavelmente o menor  
1533 Instituto da Universidade, é menor do que muitos dos departamentos existentes  
1534 na USP. Então, achamos sensato, em vez de criar quatro Comissões e ter que  
1535 colocar nossos professores em diferentes Comissões, reunir a Comissão de  
1536 Graduação, Extensão e Cultura e a Comissão de Pós-Graduação com a  
1537 Comissão de Pesquisa. O que os alunos do Centro Acadêmico observaram é  
1538 que existem alguns alunos de pós-graduação que participam de projetos de  
1539 extensão. Não vejo como posso resolver esse problema, a não ser criando uma  
1540 divisão de extensão, quando a extensão no Instituto de Relações Internacionais  
1541 é muito pequena, na verdade, temos um projeto de extensão nesse momento e  
1542 dificilmente teremos muitos outros, dado o número de docentes que temos. E,  
1543 pessoalmente, dado que, em geral, as questões no IRI são resolvidas por  
1544 consenso, não creio que seja necessário ter um representante da pós-  
1545 graduação na Comissão de Graduação e Extensão para que os seus  
1546 interesses sejam contemplados. Mas, de qualquer forma, o nosso princípio foi  
1547 minimizar as estruturas burocráticas e o tempo em que nossos professores e  
1548 alunos se ocupam com tarefas de gestão acadêmica e em um Instituto do  
1549 tamanho do nosso, penso que não há sentido separar a Extensão das outras  
1550 comissões. E por outro lado, ela vai melhor dentro da Comissão de Graduação  
1551 do que na Comissão de Pós-Graduação. O que fizemos foi criar três  
1552 comissões, uma de intercâmbio internacional, pois isso é uma coisa importante  
1553 dentro do Instituto, uma de pesquisa e pós-graduação e outra de graduação e  
1554 extensão. Mesmo na conversa com os alunos, não apareceu nenhuma outra  
1555 alternativa a esse arranjo e achamos que temos que experimentar. Existem  
1556 poucas experiências dentro da USP de Institutos tão pequenos e, talvez, nós,  
1557 no futuro, caso sintamos que isso realmente é um empecilho, poderemos  
1558 modificar, criar a comissão, autonomizar a Extensão, mas nesse momento, não  
1559 acho prudente.” **M. Reitor:** “Consulto a Diretora sobre um aspecto, que me  
1560 parece que ficou completamente resolvido, que seria a questão da  
1561 representação dos alunos: eles são eleitos da mesma forma como todos os  
1562 outros e se houver alguma antinomia, isso seria corrigido. Pergunto à Diretora  
1563 do IRI se com essa explicação, no seu entender, continuamos colocando em  
1564 votação nesse momento. Com a resposta afirmativa, acho que, em primeiro  
1565 lugar, poderíamos verificar que a questão de eleição deverá ser aquilo que  
1566 usualmente é feito nas demais Unidades.” **Cons. Antonio Magalhães Gomes**  
1567 **Filho:** “Tenho a impressão que essa questão da eleição da representação  
1568 discente já está resolvida no nosso Regimento, até porque, na Faculdade de  
1569 Direito é esse o nosso hábito e acredito já ter verificado a respeito das eleições

1570 das categorias docentes e das eleições corpo discente: 'As eleições para a  
1571 representação discente serão realizadas pelo Diretório Central dos Estudantes  
1572 para o Conselho Universitário e os Conselhos Centrais, e pelos Centros  
1573 Acadêmicos e Grêmios para os colegiados das respectivas unidades, ...'. Isso  
1574 está no artigo 222, portanto, já é do Regimento da Universidade que essas  
1575 eleições sejam feitas pelos Centros Acadêmicos e Grêmios. Inclusive, na  
1576 Faculdade de Direito, temos tido problema com a representação discente da  
1577 pós-graduação, porque como os alunos da pós não são do Centro Acadêmico,  
1578 o Centro Acadêmico fica em dúvida se realiza ou não essas eleições. E com  
1579 isso há anos temos uma falta de representação da pós-graduação. Talvez  
1580 fosse até interessante examinar na CLR alguma alteração do Regimento Geral,  
1581 no sentido de estabelecer como são feitas as eleições para os representantes  
1582 da pós-graduação. Lembro-me quando fazia parte da CPG da Faculdade de  
1583 Direito que essa representação é muito importante." **M. Reitor**: "Não iríamos  
1584 mudar o que está, apenas acrescentar a possibilidade." **Cons. Antonio**  
1585 **Magalhães Gomes Filho**: "Sim, mas isso é outra etapa." **Cons. Gustavo**  
1586 **Rodvalho Boriolo**: "É exatamente isso que o Professor colocou que os  
1587 alunos nos alertaram. Que havia um choque entre o artigo do Regimento que  
1588 estava para ser aprovado com o Regimento Geral da Universidade. De forma  
1589 que, realmente, precisamos verificar esse problema. E uma outra coisa,  
1590 estamos aqui atendendo aos pedidos que o próprio Centro Acadêmico nos fez.  
1591 E consulto a Diretora do IRI se seria possível pedir vistas desse processo para  
1592 que se possa voltar a discutir com os alunos o que eles querem colocar e suas  
1593 propostas, porque as alterações a serem feitas não foram detalhadas. A única  
1594 reclamação foi que eles queriam ter participação na elaboração da proposta do  
1595 Regimento e queríamos buscar uma solução para isso." **M. Reitor**: "E se  
1596 fizéssemos uma proposta para não ficar sem Regimento, porque não vamos ter  
1597 Conselho Universitário toda semana, embora muito agradável essa  
1598 convivência. Se a Diretora concordar, poderíamos aprovar o Regimento tal qual  
1599 está e pode haver um reestudo dessa questão, que a Direção da Unidade se  
1600 proporia a fazer, e essa substituição poderia vir ao Co, como alteração de  
1601 Regimento, a qualquer tempo. Apenas para que a Unidade não fique sem o  
1602 Regimento." **Cons<sup>a</sup>. Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida**:  
1603 "Concordo." **M. Reitor**: "Se concordarem, votamos com esse compromisso.  
1604 Agradeço a representação dos órgãos externos da Universidade, que ganham  
1605 a vida em outros lugares que não este, e que tem vindo sempre participar das  
1606 nossas reuniões do Conselho, mesmo quando eles são semanais. E hoje, com  
1607 a falta do Vice-Reitor, que está em viagem, fiquei pensando que precisamos  
1608 sempre ter um substituto, mas fiquei satisfeito quando o Professor José Tadeu  
1609 Jorge, que foi Reitor da Unicamp, disse quando entrei que qualquer problema,  
1610 tem um Reitor para assumir e resolver as questões que não conseguirmos."  
1611 **Maria Inês Rocha Miritello Santoro**: "Apenas uma sugestão que gostaria de  
1612 perguntar à Professora Hermínia. Acho que resolveríamos o problema e  
1613 poderíamos votar o Regimento do IRI se fosse acrescentado, quando se fala  
1614 de eleição, que 'a eleição dos representantes discentes nos colegiados do IRI  
1615 será processada de acordo com o Regimento Geral da USP' e citar o número  
1616 do artigo. Se ela estiver de acordo com isso, penso que poderíamos votar,  
1617 porque já está no Regimento Geral." **Cons<sup>a</sup>. Maria Hermínia Brandão**  
1618 **Tavares de Almeida**: "Sem dúvida estou de acordo. Na verdade, foi um

1619 equívoco da Comissão toda a formulação do problema.” **M. Reitor:** “Portanto,  
1620 aqueles que concordarem com essas mudanças e com esse compromisso na  
1621 aprovação, votem sim.” O M. Reitor coloca em **Votação**. Pelo painel eletrônico,  
1622 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 82 (oitenta e dois); Não = 1 (um);  
1623 Abstenções = 18 (dezoito); Total de votantes = 101. É aprovado o parecer da  
1624 CLR, favorável à proposta do Regimento do Instituto de Relações  
1625 Internacionais, com a alteração proposta com relação à eleição da  
1626 representação discente. **CADERNO V – REFORMULAÇÃO DE CURSO. 1.**  
1627 **PROCESSO 2008.1.1830.59.6 – FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E**  
1628 **LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO.** Proposta de reformulação curricular do curso  
1629 de Ciências Biológicas, que compreende a criação de novo Bacharelado em  
1630 Ciências Biológicas com ênfase em: Biologia Ambiental, Biologia Evolutiva e  
1631 Biologia Molecular e Tecnológica; e criação de um novo curso de Licenciatura  
1632 em Ciências Biológicas. Ofício do Diretor da FFCLRP, Prof. Dr. Sebastião de  
1633 Sousa Almeida, à Pró-Reitora de Graduação, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Selma Garrido  
1634 Pimenta, encaminhando a proposta de reformulação do curso de Ciências  
1635 Biológicas, que compreende a criação de um novo curso de Bacharelado em  
1636 Ciências Biológicas, com três habilitações: Biologia Ambiental, Biologia  
1637 Evolutiva e Biologia Molecular e Tecnológica e, também, a criação de um novo  
1638 curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, aprovada pela Comissão de  
1639 Graduação, em 03.09.08 e pela Congregação, em 11.09.08 (18.09.08).  
1640 **Parecer da CCV:** aprova, por unanimidade, os pareceres favoráveis dos  
1641 relatores, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Priscila Guimarães Otto, para o Bacharelado e Prof. Dr.  
1642 Paulo Takeo Sano, para a Licenciatura (1<sup>o</sup>.04.10). **Parecer do CoG:** analisa a  
1643 proposta e após amplos debates, retira a matéria de pauta para que a Unidade  
1644 esclareça as seguintes questões: 1) tempo de duração dos Cursos (mínima,  
1645 ideal e máxima); 2) detalhamento de como se dará a escolha dos candidatos  
1646 pelas Habilitações, que o CoG julga serem Ênfases, pelas características  
1647 apresentadas; 3) a distribuição da carga didática docente tendo em vista o  
1648 número de claros solicitados, sobretudo por se tratar de reformulação  
1649 curricular; 4) cronograma de abertura das vagas de ingresso nos vestibulares  
1650 (15.04.10). Parecer do Prof. Dr. Paulo Takeo Sano: tendo a Unidade esgotado  
1651 todas as pendências, o projeto de reformulação do Curso de Ciências  
1652 Biológicas da FFCLRP deve ser aprovado (02.03.11). Parecer da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>  
1653 Maria Aparecida Visconti: manifesta que o mérito acadêmico é favorável,  
1654 entretanto faz duas considerações: 1) com a entrada dos alunos em separado,  
1655 os alunos de licenciatura não poderão completar sua formação e obter o grau  
1656 de bacharel, tampouco os alunos do bacharelado poderão fazê-lo para obter o  
1657 grau de licenciado, e que não encontrou no processo justificativa para esse  
1658 aspecto, que de qualquer forma, é um direito da Unidade; 2) a proposta  
1659 orçamentária para a implantação da reformulação é elevada e deve envolver  
1660 uma análise criteriosa para, sem perda de qualidade, diminuir o custo  
1661 (14.03.11). **Parecer do CoG:** retira os autos de pauta e concede vistas à Prof.<sup>a</sup>  
1662 Dr.<sup>a</sup> Maria Ercília de Araújo (14.04.11). Manifestação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Ercília  
1663 de Araújo: sugere que se verifique a possibilidade de uma única entrada para o  
1664 Bacharelado e Licenciatura, permitindo, assim, uma ampliação das  
1665 possibilidades de inserção no mercado de trabalho; solicitar à Unidade uma  
1666 nova proposta para infraestrutura e recursos humanos visando redução dos  
1667 custos, explicitando ainda o montante de recursos externos previstos para a

1668 implantação, bem como estudo sobre ganhos esperados, mercado de trabalho  
1669 e inserção dos egressos (27.05.11). **Parecer do CoG:** decide que a Unidade  
1670 deverá se reunir com a Pró-Reitoria de Graduação para detalhar os  
1671 questionamentos levantados na reunião e retira os autos de pauta (02.06.11).  
1672 Informação do Diretor da FFCLRP, encaminhando o Projeto Pedagógico  
1673 reformulado do Bacharelado em Ciências Biológicas com ênfase em Biologia  
1674 Ambiental, Biologia Evolutiva e Biologia Molecular e Tecnológica e do curso de  
1675 Licenciatura em Ciências Biológicas, atendendo às solicitações e sugestões  
1676 dos pareceres emitidos pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Visconti, em 14.03.11,  
1677 pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Ercília de Araújo, em 27.05.11 e após reunião com o CoG  
1678 através de videoconferência (14.06.11). **Parecer do CoG:** aprova o mérito da  
1679 proposta de reformulação curricular do curso de Ciências Biológicas  
1680 (Bacharelado e Licenciatura): 1) criação de três Ênfases no Bacharelado  
1681 (Biologia Ambiental, Biologia Evolutiva e Biologia Molecular e Tecnológica); 2)  
1682 oferecimento da Licenciatura juntamente ao Bacharelado (entrada única pelo  
1683 concurso vestibular): período integral, duração mínima do Bacharelado – 9  
1684 semestres, duração mínima da Licenciatura – 8 semestres, vagas – 60 (na  
1685 primeira etapa da implantação) (21.06.11). **Parecer da CCD:** aprova a  
1686 solicitação de 12 claros docentes, formulada pela FFCLRP, referente à  
1687 reformulação do curso de Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura),  
1688 dentro das possibilidades atuais de claros docentes (22.06.11). **Parecer da**  
1689 **CAA:** o Sr. Presidente, Prof. Dr. Welington Braz Carvalho Delitti, aprova, *ad*  
1690 *referendum* da Comissão, a proposta de reformulação curricular do curso de  
1691 Ciências Biológicas, que compreende a criação de três ênfases no  
1692 Bacharelado: Biologia Ambiental, Biologia Evolutiva e Biologia Molecular e  
1693 Tecnológica e o oferecimento da Licenciatura, juntamente ao Bacharelado, com  
1694 entrada única pelo concurso vestibular, período integral, com 60 vagas na  
1695 primeira etapa da implantação (29.06.11). **Manifestação do DRH:** informa que  
1696 o custo anual da contratação de 06 Técnicos T-1-A e 03 Superior S-1-A será  
1697 R\$ 664.292,33 (29.06.11). Tabela de estimativa do aumento nas despesas  
1698 permanentes da Universidade, por conta da reformulação do curso de Ciências  
1699 Biológicas, o qual passará a oferecer 20 novas vagas de graduação (sendo 60  
1700 vagas no total) e seu impacto orçamentário (29.06.11). **Parecer da COP:** o Sr.  
1701 Presidente da COP, Prof. Dr. Joaquim José de Camargo Engler, aprova, *ad*  
1702 *referendum* da Comissão e nos termos do parecer da CAA, a proposta de  
1703 reformulação curricular do curso de Ciências Biológicas, que compreende a  
1704 criação de três ênfases no Bacharelado: Biologia Ambiental, Biologia Evolutiva  
1705 e Biologia Molecular e Tecnológica e o oferecimento da Licenciatura,  
1706 juntamente ao Bacharelado, com entrada única pelo concurso vestibular,  
1707 período integral, com 60 vagas na primeira etapa da implantação (29.06.11). **M.**  
1708 **Reitor:** “Passaremos ao último processo da pauta, que foi objeto da pauta  
1709 suplementar, que trata da reformulação de um curso. Não é curso novo, é a  
1710 reformulação de um curso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de  
1711 Ribeirão Preto. Proponho que se alguém deseje discutir essa questão que o  
1712 faça, com toda a liberdade. Mas se não houver discussões, passaremos à  
1713 votação. Essa reformulação entrará na pauta da Fuvest em 2013, mas como já  
1714 está aprovado, já chegou até aqui, é melhor que deixamos essa questão  
1715 resolvida.” **Prof. Dr. Rubens Beçak:** “O Prof. Sebastião de Souza Almeida,  
1716 Diretor da Unidade, encontra-se presente para qualquer esclarecimento.” **M.**

1717 **Reitor:** “A USP precisa também se repensar e não só criar curso novo, é  
1718 preciso deixar os antigos cursos bons. É importante que se reveja isso também  
1719 e cabe à Unidade fazer isso.” O **M. Reitor** passa à **Votação**. Pelo painel  
1720 eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 85 (oitenta e cinco); Não = 0  
1721 (zero); Abstenções = 13 (treze); Total de votantes = 98. É aprovada a proposta  
1722 de reformulação curricular do curso de Ciências Biológicas, que compreende a  
1723 criação de três ênfases no Bacharelado: Biologia Ambiental, Biologia Evolutiva  
1724 e Biologia Molecular e Tecnológica e o oferecimento da Licenciatura,  
1725 juntamente ao Bacharelado, com entrada única pelo concurso vestibular,  
1726 período integral, com 60 vagas na primeira etapa da implantação. **M. Reitor:**  
1727 “Aprovada a votação, tanto esse curso quanto o curso de Administração da  
1728 ESALQ estão aprovados e aparecerão no vestibular para 2013.” Ato seguinte,  
1729 o **M. Reitor** passa ao **EXPEDIENTE**. **Cons. Joaquim José de Camargo**  
1730 **Engler:** “Vou procurar de forma bem sucinta apresentar a situação da  
1731 execução orçamentária da USP nesse primeiro semestre de 2011. Tivemos até  
1732 o final do mês de junho a liberação de recursos do tesouro do Estado de R\$  
1733 1.866.799.249,00, isso corresponde na execução orçamentária a um valor que  
1734 é 3,8% acima do previsto na Lei Orçamentária do Estado, é 3,29% acima do  
1735 estimado nos termos da sistemática adotada pelo CRUESP; e se comparado  
1736 com o exercício de 2010, corresponde a um crescimento de 15,22%. Com  
1737 relação à execução orçamentária, a CODAGE nos forneceu essa manhã até  
1738 mês de maio, pois ainda não estão fechados os investimentos realizados no  
1739 mês de junho. De forma que até maio a receita ficava em R\$ 1.560.054.166,00,  
1740 dos quais foram desembolsados R\$ 1,362 bilhão, sendo R\$ 1,135 bilhão em  
1741 Pessoal, que corresponde a uma despesa de 72,8%. Em Outros Custeios  
1742 foram utilizados R\$ 226 milhões, que corresponde a R\$ 158 milhões em  
1743 custeio diretamente e R\$ 67 milhões em investimento. A parcela de custeio, os  
1744 R\$ 158 milhões correspondem a 10,2% e o investimento, 4,3%. O saldo  
1745 financeiro do exercício, de R\$ 198 milhões, corresponde a 12,7% das  
1746 transferências do Tesouro do Estado. Em caráter preliminar, com relação ao  
1747 mês de junho, já incluindo na folha de pagamento as despesas com a  
1748 implantação da primeira etapa da carreira dos servidores técnicos e  
1749 administrativos, isso chega a 76% da execução orçamentária. Portanto, há um  
1750 crescimento de 3% em relação ao mês de maio com a inclusão das despesas  
1751 decorrentes da implantação da carreira.” **Prof. Dr. Rubens Beçak:** “Temos  
1752 alguns pré-inscritos, que ficaram da semana passada e alguns que se  
1753 inscreveram na Secretaria Geral para essa semana.” **Cons. Modesto**  
1754 **Florenzano:** “Quero fazer duas manifestações como Vice-Diretor da Faculdade  
1755 de Filosofia Letras e Ciências Humanas. A primeira é externar nossa grande  
1756 satisfação por termos três cursos em dois *rankings* internacionais recentemente  
1757 publicados, em que os cursos de Filosofia e Sociologia aparecem entre os 100  
1758 melhores do mundo e o curso de Geografia entre os 200 melhores do mundo.  
1759 A segunda manifestação é cumprimentar a Pró-Reitoria de Pesquisa e o  
1760 Magnífico Reitor, com relação ao Projeto de Incentivo à Pesquisa, uma  
1761 iniciativa tão importante e registrar a satisfação da Faculdade que tem  
1762 docentes em nove desses projetos contemplados, com 5 coordenadores.”  
1763 **Cons. Sérgio França Adorno de Abreu:** “Comunico aos membros deste  
1764 Conselho uma moção da Congregação da FFLCH, em sua sessão regular, a  
1765 respeito do trabalho terceirizado na USP. Passo à leitura da moção: ‘Na

1766 semana de 11 a 15 de abril nossa Faculdade foi, nos seus três prédios  
1767 didáticos, palco de graves e deploráveis atos de depredação, com  
1768 derramamento de lixo nos banheiros, corredores e salas de aula, realizados  
1769 pelo movimento grevista de trabalhadores terceirizados do setor de limpeza,  
1770 apoiados pelo SINTUSP e por parcela dos estudantes. Não foi a primeira crise,  
1771 embora tenha sido, de longe, a mais grave, decorrente do, em si, mesmo mau,  
1772 em termos de eficiência e perverso, em termos humanos, sistema de trabalho  
1773 terceirizado. Mau, porque para oferecer o menor preço, a empresa vencedora  
1774 da licitação sempre irá, fatal e inevitavelmente, recuperar a sua margem de  
1775 lucro sobre a qualidade, necessariamente a pior, porque é mais barata, dos  
1776 produtos utilizados, e sobre a exploração, necessariamente a máxima, do  
1777 trabalho contratado. E perversa, porque duas comunidades, vale dizer,  
1778 humanidades, uma majoritária, e constituída de plenos direitos e porque não  
1779 dizer, de privilégios, a dos docentes, funcionários e estudantes, e outra  
1780 minoritária destituída de ambos, a dos trabalhadores terceirizados, coexistem  
1781 diuturnamente nos mesmos espaços, nos prédios dos *Campus*. Para que essa  
1782 seja a última crise, apelamos para a Reitoria para que constitua, de imediato,  
1783 um grupo de estudos sobre a terceirização na Universidade. A esse grupo  
1784 caberá, uma vez diagnosticados os muitos problemas decorrentes desse  
1785 sistema de trabalho, propor procedimentos e mecanismos que, ainda que não  
1786 eliminem tal sistema de trabalho, elimine seu caráter cruel e desumano. E para  
1787 nós, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, em particular, a  
1788 situação horrível desses trabalhadores terceirizados é tanto mais insuportável e  
1789 vergonhosa, por contraditar nossa própria razão de ser, que é de contribuir com  
1790 armas da crítica para denúncia e superação de todas as formas de exploração,  
1791 opressão e injustiça vigentes na sociedade e no país em que vivemos.” **M.**  
1792 **Reitor:** “Professor, como de praxe, as respostas, em geral, serão entregues  
1793 depois de consultas às pessoas que trabalham com o assunto. Entretanto, com  
1794 referência a essa questão, lembraria, em primeiro lugar, uma conversa que já  
1795 tivemos com a direção da Faculdade de Filosofia e, realmente, gostaria de  
1796 fazer previamente, sem prejuízo de colocações mais profundas. Em primeiro  
1797 lugar, existe uma comissão que foi nomeada pela Reitoria para examinar essa  
1798 questão. Esse exame que estamos fazendo ainda não se trata daquele que  
1799 conversamos e que faria, em conjunto com a Faculdade de Filosofia e com os  
1800 demais, que é um estudo mais amplo, inclusive um estudo científico, não  
1801 simplesmente de achar problemas no nosso tipo de contratação. Mas, adianto  
1802 o que falei há dois dias em uma teleconferência feita com o Instituto de Física,  
1803 onde não se tratou exatamente desse assunto, mas a verdade é clara: a  
1804 Comissão que vem trabalhando percebe claramente que a questão de  
1805 contratação na Universidade de São Paulo, em geral - e falo contratação de  
1806 terceirizado, como falo, inclusive, até contratações de obras, etc. - grande parte  
1807 dos problemas que vemos decorre, não porque isso acontece em outros  
1808 lugares, aqui é sempre pior. Se existe terceirizado, que é uma questão que  
1809 precisamos estudar e realmente é iníquo, como todos sabemos, o fato é que,  
1810 dificilmente o problema de terceirizados fora da USP é tão grave quanto na  
1811 USP. Quando se fala de obras, dificilmente os contratos de obras na USP são  
1812 piores que os de fora. E chegamos a uma conclusão simples e objetiva: a  
1813 razão é porque não contratamos bem, nossos contratos são mal feitos, de todo  
1814 gênero e, também, não existe continuidade na verificação. Contrata-se e

1815 depois coloca-se o contrato na gaveta e pronto; quando acontece o problema é  
1816 que se vai verificar. Quando na questão dos terceirizados, é óbvio que se  
1817 houver uma sequência administrativa na verificação, podemos perceber, pelo  
1818 menos um mês antes, quando uma firma não vai pagar. Então, vamos discutir  
1819 essa constatação em detalhe quando os dirigentes se reunirem em outubro, já  
1820 com propostas, etc. A questão é basicamente que nós contratamos mal. Por  
1821 exemplo, pedi para ser verificado se existem contratações de terceirizados que  
1822 são contratados abaixo do salário mínimo do Estado, o que é um absurdo. Por  
1823 outro lado, não vamos acabar com a terceirização de um dia para o outro, pois  
1824 isso é impossível, é algo incrivelmente entranhado há 30 anos no serviço  
1825 público, principalmente no Federal. Estive em Brasília por vários anos e isso é  
1826 uma praga, porque além da questão da contratação em si, existem as  
1827 empresas contratadas, quem são os donos. Na USP nunca se percebeu, pelo  
1828 menos nenhum de nós é dono dessas empresas terceirizadas. Mas o fato é  
1829 que se faz pelo menor preço, não se faz exigência nenhuma e é claro que  
1830 vamos ter o pior dos mundos. Então, essa é a primeira coisa que a  
1831 Universidade precisa pensar, muito embora a médio prazo, para diminuir e até  
1832 mesmo erradicar essa questão. Mas, em primeiro lugar, como é impossível se  
1833 fazer isso rapidamente, podemos começar a rever esses contratos e exigir  
1834 mais da empresa, que pague melhor os funcionários, não importa que a USP  
1835 pague um pouco mais, será extremamente positivo que ela pague mais, porque  
1836 do jeito que está, é um absurdo. A questão de segmento dos contratos – e  
1837 estou falando de todos, desde quem contratou, da Administração Geral que  
1838 administra ou deveria administrar esses contratos e que, por inércia, não o faz  
1839 ou faz mal feito, até mesmo nas próprias direções - é uma questão geral que  
1840 todos temos que verificar, não é para criticar, não é para castigar ninguém, de  
1841 maneira nenhuma, mas vamos verificar, pois estamos pensando na revisão  
1842 desses terceirizados nessas formas, ou seja, exigindo que essas terceirizadas  
1843 cumpram certos benefícios. E é óbvio que a USP vai pagar a mais por isso.  
1844 Penso que essa questão foi extremamente bem colocada, mas, além disso, é  
1845 uma questão que estamos vendo administrativamente, olhando contrato por  
1846 contrato e vamos conversar sobre os meios de fazer isso, para que possamos  
1847 chegar, a curto prazo, a termos licitações mais justas, inclusive para aqueles  
1848 que recebem o aumento e que pelo menos, enquanto houver terceirizados, que  
1849 a Universidade tenha um modelo menos doloroso, o melhor possível, que é  
1850 fácil de se fazer. Ao lado disso, um estudo profundo, porque sabemos,  
1851 também, que essa questão da terceirização vem de leis federais e não se  
1852 acabam de um momento para o outro, mas é óbvio que a Universidade precisa  
1853 contribuir para a melhora disso. É interessante, quando se fala na questão da  
1854 administração, porque ensinamos para os outros e não fazemos aqui dentro;  
1855 ensinamos uma coisa e fazemos o contrário. Isso não é crítica, mas  
1856 precisamos começar a aprender que necessitamos, para ter credibilidade no  
1857 que se ensina, fazer aqui. Essa questão foi muito bem colocada, mas mais do  
1858 que explorar a questão no sentido negativo, temos que mudar agora. A  
1859 Administração - e quando falo administração, digo em geral, inclusive da minha  
1860 – precisa ter mais tento nisso, porque muitas vezes o que ocorre é aquela  
1861 administração por inércia: chegam alguns papéis e a pessoa assina. E mudam-  
1862 se os diretores, os reitores, os vice-reitores, os pró-reitores e nada muda,  
1863 apenas a pessoa que está ali assinando. Portanto, essa questão da

1864 terceirização é algo realmente importante e vamos ter modificações  
1865 brevemente, inclusive, nos contratos. Esperamos só até o mês de outubro para  
1866 podermos discutir em conjunto, para errarmos menos e passarmos a fazer  
1867 licitações em que teremos terceirizados menos insatisfeitos, mais bem pagos,  
1868 mais bem preparados. Porém, reitero que não será caça às bruxas,  
1869 simplesmente iremos acertando as coisas no limite e aos poucos e, talvez,  
1870 melhorando.” **Cons. Manoel Fernandes de Sousa Neto:** “A discussão que  
1871 tivemos sobre carreira, de certa forma, explicitou um procedimento da atual  
1872 gestão, que tem me deixado demasiado preocupado. Já explicito isso em  
1873 parte, na reunião anterior, mas gostaria muito de ratificar o que disse e de  
1874 adendar algumas coisas a isso. A primeira é que foi formada uma Comissão  
1875 para discutir a carreira, que se reuniu uma única vez. E depois, o resultado dos  
1876 trabalhos da Comissão apareceu antes que a reunião do Conselho fosse  
1877 convocada, no USP Destaques. Qual não foi minha surpresa quando o USP  
1878 Destaque, na sua última edição, faz uma menção ao meu nome, de maneira  
1879 correta, com relação ao que foi defendido por mim, como representante dos  
1880 Doutores, nesse Conselho Universitário. O problema é o modo como o debate  
1881 tem sido tratado. Sabemos que é uma tradição do Brasil e do próprio processo  
1882 de formação histórica desse País, baseado, ou no favor ou na violência  
1883 explícita, que é o de tentar deslegitimar a voz daqueles que, de certa forma,  
1884 têm posições divergentes à conduta de determinados processos. Todos devem  
1885 lembrar que desde que assumimos como representantes dos doutores nesse  
1886 Conselho, solicitamos os *e-mails* de todos os nossos representados e isso nos  
1887 foi negado variadas vezes. Se quiséssemos, teríamos que entrar com uma  
1888 ação judicial. Imaginamos que seria muito interessante que pudéssemos nos  
1889 corresponder com as pessoas, falar com elas, inclusive saber o que elas estão  
1890 pensando com relação às questões que são discutidas permanentemente aqui.  
1891 Então, o problema da representação, de certa forma, é do impedimento  
1892 provocado pela própria gestão. Isso foi pedido pelos Associados, pelos  
1893 Doutores e até o presente momento não conseguimos. E foi já repetido  
1894 variadas vezes, idem, ibidem, que não teríamos acesso à lista dos doutores.  
1895 No entanto, o USP Destaque chega a todos que fazem a Universidade de São  
1896 Paulo, chega em todos os *e-mails*. A outra coisa que acho importante que se  
1897 diga é que quando você deslegitima aqueles que se opõem ao que você pensa,  
1898 na realidade, você deslegitima a si próprio, porque, no fundo, é como se tivesse  
1899 pessoas que fazem parte do Conselho que não deveriam fazer, que não são  
1900 representantes legítimos das suas categorias e, de certa maneira, o que o USP  
1901 Destaques acabou por fazer, foi tentar dizer que a representação não era  
1902 legítima para representar, ou doutores, ou associados, ou trabalhadores  
1903 técnicos e administrativos. Parece um pouco a reedição da Voz do Brasil.  
1904 Parece um pouco a tentativa dizer: 'olha, na realidade eles não têm nenhuma  
1905 condição de tomarem as posições que estão tomando no Conselho', e isso é  
1906 demasiado problemático. De forma que solicito - e vamos encaminhar isso do  
1907 ponto de vista formal - que a eleição para os representantes dos Doutores se  
1908 dê de maneira aberta e direta, com a possibilidade daqueles que vão se  
1909 candidatar exporem as suas posições da melhor maneira possível e de que a  
1910 eleição não seja feita do modo como tem sido feita, porque também somos  
1911 contra o modo como é escolhido o Doutor, o que causa, é claro, certa  
1912 contradição na nossa participação aqui. Gostaríamos, evidentemente, que

1913 todos os doutores tivessem escolhido o representante que agora vos fala, mas  
1914 infelizmente não é assim. Mas, não fomos nós que criamos essas regras, elas  
1915 já existiam quando, efetivamente, fomos escolhidos representantes de uma  
1916 categoria para esse Conselho. De forma que gostaria que houvesse respeito  
1917 por parte de um órgão de imprensa da Reitoria, com relação aos  
1918 representantes das diversas categorias que, na realidade, legitimam, inclusive,  
1919 as posições que são tomadas por esse Conselho, ainda que na condição de  
1920 minoria.” **M. Reitor:** "Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o tema eleições  
1921 da USP voltará a ser discutido no segundo semestre, quando faremos uma  
1922 única pauta para discussão de assuntos que não de votação. Segundo lugar, a  
1923 questão colocada no Destaques não pode ter a ilação que foi tida,  
1924 simplesmente a constatação de um voto que realmente é distinto, mas não se  
1925 foi dito nada, em absoluto, que desdourasse essa questão e muito menos a  
1926 ilação de que não haja, com essa colocação, no sentido de dizer que não são  
1927 representantes, isso é uma ilação pessoal que não decorre do jornal.” **Prof. Dr.**  
1928 **Rubens Beçak:** Com a vênia do Senhor Presidente, Magnífico Reitor, trarei  
1929 dois esclarecimentos. Com relação à manifestação do Conselheiro Manoel  
1930 Fernandes, a reunião desta semana foi convocada na própria noite quando se  
1931 encerrou aquela reunião do dia 28 p.p., que fez a Secretaria para facilitar o  
1932 trabalho dos senhores Conselheiros, ao enviar uma consolidação de pauta. De  
1933 forma que, temporalmente, a sua colocação está equivocada. Com relação à  
1934 questão da solicitação, de fato, foi feita pelo Conselheiro, como também foi  
1935 feita pelo Conselheiro Garcez e, depois, pelo Conselheiro Marcos, nós as  
1936 recebemos e encaminhamos para à então Consultoria Jurídica, hoje  
1937 Procuradoria Geral e veio uma resposta analisada, reanalisando uma decisão  
1938 anterior, dando pela inconstitucionalidade. Isso foi passado aos Conselheiros  
1939 representantes. Não é que a Secretaria Geral determinou que fossem à  
1940 Justiça, é que não há escopo constitucional, portanto legal também, para  
1941 fornecimento, sem invasão de privacidade.” **Cons. Dário Ferreira Sousa Neto:**  
1942 “Tenho duas manifestações importantes. A primeira é a manifestação de um  
1943 dos colegas, membro deste Conselho, representante discente da pós-  
1944 graduação, que ficou impossibilitado de estar presente nesta reunião, portanto,  
1945 a representação da pós ficou com déficit de um membro, por uma questão de  
1946 não conseguir se deslocar de Ribeirão Preto para São Paulo. Ele encaminhou  
1947 uma carta, que passo a ler: ‘Meu nome é Leandro Amorim Rosa e sou  
1948 Representante Discente da Pós-Graduação. Sou aluno do Programa de  
1949 Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. As  
1950 dificuldades de transporte dos Campi do interior para as reuniões na Capital  
1951 são evidentes. No entanto, há uma situação peculiar que envolve a  
1952 representação discente. Para a reunião do dia 28/06 fui orientado, pela diretoria  
1953 da FFCLRP e pela Coordenadoria do Campus de Ribeirão, a ir para o  
1954 Conselho Universitário de ônibus, pois os carros que saíam de Ribeirão Preto  
1955 estavam lotados. O dinheiro da passagem me seria (e foi) reembolsado. No  
1956 entanto, ao final da reunião do dia 28/06 descobri que vários carros de Ribeirão  
1957 Preto não estavam lotados e eu poderia ter vindo com eles. Inclusive voltei com  
1958 um desses carros na data. No dia seguinte ao recebimento da convocação  
1959 para a reunião do Co do dia 05/07, enviei um pedido de transporte à FFCLRP e  
1960 à CCRP pedindo maior atenção para que fosse evitado o ocorrido na semana  
1961 anterior. Porém, a CCRP não me respondeu e a FFCLRP disse que

1962 reembolsaria minhas passagens de ônibus. Assim sendo, enviei uma  
1963 solicitação de esclarecimento a todas as diretorias do Campus de Ribeirão  
1964 sobre o motivo que impedia a representação discente de viajar junto aos  
1965 docentes nos carros das unidades, quando estes não estivessem lotados.  
1966 Nenhuma unidade me respondeu até o dia 04/07 às 18 h. Infelizmente foi  
1967 impossível para eu ir à presente reunião devido aos horários do ônibus.  
1968 Gostaria muito de participar da discussão sobre o curso de ciências biológicas  
1969 de minha unidade, mas isso não será possível. A minha questão é simples: Por  
1970 que os representantes discentes não podem viajar junto aos docentes nos  
1971 carros não lotados? Não levaria essa questão simplesmente pela necessidade  
1972 de viajar de ônibus. O que me preocupa é a postura de nossos dirigentes ao se  
1973 recusarem (sem esclarecimentos) a viajar junto a um estudante, acarretando  
1974 assim, um gasto desnecessário de tempo e dinheiro público. Importante  
1975 pontuar que a alguns professores de meu Campus o dito acima não se aplica.  
1976 Uma pequena parte de nossos dirigentes não parece se incomodar com a  
1977 companhia dos estudantes. Espero que essa situação seja esclarecida sem  
1978 maiores desgastes. Atenciosamente, Leandro Amorim Rosa.’ A despeito do  
1979 modo como o estudante encarou essa situação, estou trazendo esta questão  
1980 com o intuito de que ela seja resolvida. Fomos prejudicados hoje pela não  
1981 presença desse representante discente e gostaríamos que isso não ocorresse,  
1982 pois já somos em número reduzido, que é uma discussão que tem que ser feita  
1983 neste Conselho, que é a questão da representação dos funcionários e dos  
1984 discentes. A representação é em número bastante reduzido, inclusive do que é  
1985 previsto pelo Estado. E a não disponibilidade de circulação, uma vez que o  
1986 estudante também é membro deste Conselho, prejudica ainda mais. O apelo, a  
1987 apresentação desta carta é no intuito que a questão seja resolvida e que isso  
1988 não venha a ocorrer. A segunda questão diz respeito a uma pauta que já havia  
1989 conversado com o Prof. Rubens Beçak e com alguns professores deste  
1990 Conselho – Diretores e representantes de Congregação - sobre um projeto  
1991 realizado pelo Ministério da Educação, que é o ‘Kit Escola Sem Homofobia’.  
1992 Vários trabalhos e pesquisas têm sido levantados e mostrados que os  
1993 principais *bullying* ocorrido com estudantes é homofobia. Vivemos uma  
1994 situação de violência nas escolas que tem afetado a população LGBT e, de  
1995 certo modo, acaba afetando a população de modo geral. A proposta era de  
1996 que, como já foi feito um projeto, a postura da bancada evangélica no  
1997 Congresso era de tentar barrar este projeto e a intenção era que este Conselho  
1998 pudesse avaliar. Tivemos um parecer da Professora Claudia Viana, da  
1999 Faculdade de Educação e, nesse sentido, a ideia era, a partir dessas  
2000 avaliações, o Co poder se manifestar. Mas isso não foi colocado em pauta  
2001 porque o projeto foi vetado e vamos aguardar. O Ministro da Educação ficou de  
2002 refazer esse projeto, ver exatamente como ele vai lidar com isso. A questão  
2003 que quero pontuar aqui é que estamos lidando com um problema sério e  
2004 alguns professores da USP têm se manifestado a respeito do avanço de um  
2005 pensamento teocrático expresso nesse veto – e não só nesta questão, mas em  
2006 diversas outras. Trago esta questão porque há uma preocupação muito séria  
2007 em o Estado brasileiro começar a ser pautado por valores religiosos de um  
2008 determinado segmento religioso, o que compromete a democracia, a laicidade  
2009 desse Estado. Essa é uma discussão que poderíamos fazer mais à frente,  
2010 alguns professores da USP estão se mobilizando para fazermos esse debate

2011 na Universidade, porque, de certo modo, hoje eles vetam o Kit, amanhã  
2012 poderão estar vetando pesquisas de fundamental importância para a  
2013 Universidade. Minha fala é no sentido de alertar para essa questão e, talvez,  
2014 em um próximo Conselho, trazer essa questão um pouco mais aprofundada,  
2015 para que o Conselho possa refletir e se manifestar a respeito.” **Prof. Dr.**  
2016 **Rubens Beçak:** “A Secretaria Geral encaminhará a manifestação lida pelo  
2017 Cons. Dário à Unidade e será incluída na Ata, na parte dos questionamentos,  
2018 manifestações e respostas.” **Cons. Sebastião de Sousa Almeida: (aparte)**  
2019 “Efetivamente, tivemos por várias vezes representantes da nossa Unidade no  
2020 Conselho Universitário e sempre foi uma prática da FFCLRP reembolsar os  
2021 gastos de passagens com os representantes discentes, seja no Conselho  
2022 Universitário ou outros Conselhos Centrais em São Paulo. Sempre fizemos isso  
2023 e nunca houve nenhuma reclamação. Essa decisão se deu há muito tempo  
2024 atrás e isso é uma tradição em nossa Escola, pela seguinte razão: os dirigentes  
2025 do interior sabem que quando temos uma reunião em São Paulo são três horas  
2026 e meia de viagem para vir e o mesmo tanto para voltar e nosso tempo é  
2027 precioso, de forma que utilizamos essas viagens para trabalhar no carro. E  
2028 muitas vezes, precisamos discutir políticas da Escola ou outras políticas que  
2029 exigem o devido sigilo e ficaríamos constrangidos em discutir na frente dos  
2030 alunos, obviamente. Muitas vezes, temos que discutir uma série de assuntos  
2031 que não estão ainda deliberados, mas que exigem uma certa cautela na hora  
2032 da discussão. Sempre fizemos o ressarcimento dos gastos e na FFCLRP  
2033 continuaremos fazendo isso por esta razão.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira**  
2034 **Martins:** “Desde o dia 14 de dezembro p.p., quando este Conselho aprovou a  
2035 criação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, não me manifestei neste  
2036 microfone. Para que o que pretendeu ser contribuição à dinâmica do Conselho  
2037 Universitário não passe por ingratidão ou deselegância, aproveito o fato de que  
2038 este Co tenha hoje aprovado o nosso Regimento – e, portanto, uma nova fase  
2039 no processo de implantação institucional e administrativa – para agradecer  
2040 aquele voto de confiança de 14 de dezembro. Mas venho, sobretudo, para  
2041 dizer que embora, evidentemente, o processo de construção institucional e  
2042 administrativo de uma nova Unidade, ainda que pequena, seja bastante  
2043 trabalhoso e absorvente, não nos esquecemos do sentido do mandato que este  
2044 Conselho Universitário nos deu. Estamos, desde o início deste ano, com uma  
2045 comissão trabalhando, no sentido da elaboração de uma proposta do nosso  
2046 primeiro novo curso de graduação, na área de Ciências Sociais, que  
2047 naturalmente será submetido, nos devidos prazos, às instâncias competentes,  
2048 mas que posso, desde já, adiantar a todos que estamos trabalhando no sentido  
2049 de trazer a esta Casa a proposta de um curso inovador, um curso de fronteira,  
2050 um curso que, realmente, honre a tradição da USP e nosso *campus* de São  
2051 Carlos.” **Cons. Roberto Rubem da Silva Brandão:** “Gostaria de colocar  
2052 alguns pontos e o primeiro deles é sobre a periodicidade desse Conselho.  
2053 Estamos reivindicando um calendário das reuniões do Conselho Universitário  
2054 para o segundo semestre, para que possamos nos organizar. Observo que  
2055 esta é uma reivindicação, também, de outros representantes deste Conselho.  
2056 Estatutariamente está previsto que ele deve ser realizado a cada 90 dias, de  
2057 modo que não será muito difícil definir essas datas para o segundo semestre.  
2058 Com relação ao caso apresentado pelo Conselheiro Dário e referido pelo  
2059 Diretor da FFCLRP, a questão é que a Faculdade, ao pagar o transporte do

2060 estudante para vir para a reunião, este teria que pegar o ônibus às 5 horas da  
2061 manhã para chegar aqui no horário, o que é praticamente inviável. Pensamos  
2062 em uma medida muito simples: a Unidade fornecer um carro, mesmo que seja  
2063 separado dos outros professores, para trazer esse estudante até aqui, para  
2064 garantir a presença dele sem maiores transtornos. Outra questão que gostaria  
2065 de pontuar é a da Coordenadoria do *Campus* da Capital. Sabemos que com a  
2066 morte do estudante da FEA, a Coordenadoria tomou a decisão de colocar a  
2067 Polícia Militar no *Campus* da USP, na tentativa de resolver esta questão de  
2068 falta de segurança e até mesmo violência dentro da Universidade. O problema  
2069 é que isso foi colocado de uma forma bastante autoritária, no sentido de que  
2070 apenas este Conselho definiu isso e, depois, foi dito que haveria um plano de  
2071 segurança dentro da Universidade, mas não estamos vendo qual é a resposta  
2072 deste plano e queremos, inclusive, esclarecimentos de como está caminhando  
2073 esta questão. Queremos, também, outro esclarecimento, porque foi lançado,  
2074 pela Reitoria e pela Coordenadoria do *Campus*, uma nota dizendo que os  
2075 estudantes agora terão uma polícia especial dentro do *Campus* e queremos  
2076 saber que polícia é essa, porque parece que é uma polícia especializada em  
2077 lidar com estudantes universitários, mas pelo que observei pela reportagem,  
2078 não foi nenhuma nota especial, é que esses policiais, provavelmente, eram  
2079 universitários e, portanto, saberiam lidar melhor com os universitários da USP.  
2080 Queremos saber o que está por trás disso, qual é a meta que está sendo  
2081 pensada com a entrada da PM no *Campus*, quais são as propostas da  
2082 Coordenadoria do *Campus* em pensar a segurança dentro do *Campus* da  
2083 Capital, porque tivemos um debate na Escola Politécnica, inclusive,  
2084 convocamos o representante da Coordenadoria do *Campus* para apresentar  
2085 essas propostas e discutir essas questões, mas ele não apareceu. Contamos,  
2086 também, com a participação de especialistas da área de dentro da  
2087 Universidade e coadunamos para uma perspectiva de que seríamos contra a  
2088 presença da PM dentro do *Campus*; não no sentido de que somos contra a  
2089 segurança, mas no sentido de entender que a Polícia não resolve o problema  
2090 da segurança dentro da Capital e ela, por si só, não é suficiente. Se assim  
2091 fosse, todos nós, da Capital de São Paulo, estaríamos muito seguros nas  
2092 nossas ruas, o que não é verdade. O que precisamos é repensar o espaço da  
2093 Universidade para garantir maior segurança, inclusive, acessibilidade. Outra  
2094 causa que está sendo levantada é que aos finais de semana os ônibus não  
2095 entram na Universidade, deixando um grande vazio. Inclusive pessoas que  
2096 precisam utilizar o Hospital Universitário e que não possuem carro e não têm  
2097 condições de pagar por um Taxi, às vezes, precisam caminhar do Portão 1 até  
2098 o HU; e já houve casos de mulheres grávidas ou com criança de colo terem  
2099 que ir à pé para o Hospital. Os questionamentos desses assuntos é uma  
2100 deliberação do Movimento Estudantil, congressual, inclusive, que realizamos  
2101 no ano passado e contou com mais de 5 mil estudantes participantes, de que  
2102 somos contra a PM dentro do *Campus*, que é uma discussão que gostaríamos  
2103 de reatar, até porque a PM dentro do *Campus* não significa, necessariamente,  
2104 a resposta a qualquer tipo de violência, mas significa uma posição colocada,  
2105 que inclusive foi utilizada em 2009 para combater os estudantes e transformou  
2106 o Campus em um campo de guerra. Quem estava presente sabe o que  
2107 aconteceu. E agora temos um outro cenário onde a PM chega para tentar  
2108 garantir essa segurança. E questionamos essa segurança, porque achamos

2109 que a Polícia, por si só, não é a detentora maior da razão para resolver todos  
2110 esses problemas e existem causas muito mais especiais e fundamentadas para  
2111 resolver esta questão.” **Prof. Dr. Adnei Melges de Andrade:** “A pouco o Prof.  
2112 Modesto contou, com orgulho indisfarçado, da posição de algumas áreas do  
2113 conhecimento dentro da FFLCH que estão muito bem classificadas nos  
2114 *rankings* internacionais. De fato, havia comunicado à Prof.<sup>a</sup> Sandra há uns 15  
2115 dias, quando saíram os primeiros. Agora existe mais um *ranking* que é bastante  
2116 interessante e temos que ter atenção sobre ele, porque ele separa as áreas do  
2117 conhecimento - são 26 áreas. Ele é preparado pela QS, baseados em  
2118 entrevistas e informações obtidas nas publicações como ISI, por exemplo. São  
2119 26 áreas do conhecimento e hoje recebemos mais 6 áreas nas quais a USP se  
2120 mostra muito bem, entre as 200 melhores. Ele já havia contado da Geografia,  
2121 que está na classificação 151 a 200, da História, que está entre 100 e 150 e a  
2122 Filosofia, que está posicionada entre 51 e 100. Os critérios são acadêmicos,  
2123 eles fazem uma longa entrevista com centenas - para não dizer milhares - de  
2124 pessoas que conhecem o trabalho dessa universidade, fazem entrevistas junto  
2125 a empregadores de egressos das universidades que classificam e também  
2126 observam as citações em trabalhos acadêmicos. Nesses três critérios tivemos  
2127 a grata surpresa de ver mais algumas áreas que passo a citar nominalmente:  
2128 Ciências do Mar e Ciências da Terra – a USP foi classificada entre 51 e 100 - é  
2129 uma posição muito boa; Engenharia Civil e Estrutural – isso já havia sido  
2130 divulgado há 15 dias atrás – estamos entre 151 e 200. Importante dizer que  
2131 são as áreas de engenharia das Escolas, não é de uma Escola, temos a EESC  
2132 e a EP; Geografia – entre 51 e 200 e História – entre 101 e 150; Estudos de  
2133 Língua, que não estava publicado, foi publicado hoje – entre 101 e 150, mais  
2134 uma razão de orgulho para a FFLCH; Filosofia já havia sido publicado – entre  
2135 51 e 100. Da área de Exatas: Física – entre 151 e 200, juntamente com  
2136 Astronomia. Para gaudio de nossos colegas da FFLCH, Estudos Políticos  
2137 Internacionais – e, obviamente, estamos falando, também, do IRI – entre 151 e  
2138 200 e mais uma área da FFLCH - portanto, das 9 temos 5 na FFLCH –  
2139 Sociologia, entre 51 e 100. Isso é motivo de orgulho para que continuemos o  
2140 trabalho que temos feito. Este também é um trabalho bastante importante do  
2141 sistema de informações que estamos utilizando hoje em dia, não só com o  
2142 estabelecimento do Sistema Mundus, mas, também, com o grupo de trabalho  
2143 que visa obter com precisão as informações que precisamos informar para  
2144 esses grupos que fazem os *rankings*, mas estamos todos de parabéns.” **Cons.**  
2145 **Gustavo Rodovalho Boriolo:** “Inscrevi-me para falar de algo que a  
2146 representação discente considera muito importante e que não devemos parar  
2147 de discutir, porque é um problema grave que temos na USP como um todo,  
2148 que é a questão das políticas de permanência estudantil. Gostaria de saber a  
2149 quantas andam a entrega das novas moradias que foram construídas, porque  
2150 temos recebido reclamações de diversos estudantes com relação a isso. Neste  
2151 ano recebemos a reclamação de que mais de mil estudantes ficaram de fora do  
2152 auxílio moradia. Solicitaram o auxílio e não receberam. Consideramos isso um  
2153 problema muito grave para a Universidade, porque para grande parte desses  
2154 alunos ficar de fora do recebimento de um auxílio como esse implica, muitas  
2155 vezes, em ter que desistir dos estudos, abandonar sua vaga na USP, por não  
2156 ter condições de permanecer aqui. Esse é um problema que temos que estar  
2157 sempre discutindo. Outro esclarecimento, que tem um viés ligado a isso

2158 também, é com relação ao desenvolvimento da ligação do circular da USP, do  
2159 Metrô da Linha Amarela até a Universidade. Gostaria de saber como anda esta  
2160 discussão, se existe algum projeto para efetuar esta ligação, que facilitaria a  
2161 vida de muitos estudantes, funcionários e professores, membros da  
2162 comunidade universitária, no sentido de facilitar o acesso até a USP de  
2163 maneira mais econômica. Assim como os demais colegas representantes  
2164 esclareceram a maneira como estão presentes neste Conselho, em nome da  
2165 representação discente, gostaria de esclarecer a maneira como nós estamos  
2166 aqui. Fomos eleitos na eleição do ano passado, com mais de 55% dos votos  
2167 para eleição para a Diretoria do DCE, onde votaram quase 9 mil estudantes e  
2168 concorreram 9 chapas. Fomos eleitos esclarecendo a todos os alunos as  
2169 nossas propostas e posições. E o que trazemos para este Conselho  
2170 Universitário não é invenção da nossa cabeça, é tudo baseado nas nossas  
2171 constantes assembleias, nas reuniões semanais, que, inclusive, estão todos  
2172 convidados a comparecer nas discussões que acontecem todas as sextas-  
2173 feiras às 18 horas. Estamos aqui buscando representar os estudantes e  
2174 contribuir para a melhoria da Universidade. Em momento algum nossa intenção  
2175 foi ser um entrave às coisas, mas sim, buscamos trazer contribuição para a  
2176 melhoria das questões da Universidade, inclusive com relação à questão da  
2177 permanência estudantil.” **M. Reitor:** “Não estou respondendo a todas as  
2178 questões, mas com referência à questão de permanência estudantil, que é um  
2179 intuito tão grande quanto o dos estudantes, o da Universidade em geral em  
2180 verificar essa questão. Por outro lado, a previsão orçamentária é muito grande  
2181 e temos o intuito de poder melhorar, inclusive com referência a esses cursos  
2182 novos. Justamente por isso se fez um escalonamento, ou seja, dois dos cursos  
2183 que aprovamos, entram em vigor no ano de 2013 e não no próximo, para poder  
2184 minimizar e fazer algum tipo de preparação com referência a esta questão. Mas  
2185 lembro o Vice-Reitor, que é o Presidente da Comissão a respeito de  
2186 permanência estudantil e que vem cuidando do assunto, que dê essas  
2187 explicações com mais detalhes. Na questão de permanência estudantil  
2188 referente à moradia, aquelas pessoas que preenchem os requisitos que a  
2189 Universidade tem como assentis, se não tiver o local onde morar, vai ter bolsa.  
2190 De forma que esta é uma questão extremamente clara, porque não é justo e  
2191 nem necessário que isso aconteça, mas temos aqueles requisitos e tudo isso  
2192 será objeto da nossa conversa, posteriormente, de explicitação.” **Cons.**  
2193 **Leandro Salvático Freitas da Silva:** “Sou Diretor da Associação dos Pós-  
2194 Graduandos e Coordenador do Núcleo de Consciência Negra e pedi a palavra  
2195 para ressaltar que boa parte da discussão hoje aconteceu em torno da  
2196 progressão da carreira docente, mas não tenho conhecimento se em algum  
2197 momento a Universidade discutiu sobre a quantidade de negros como docentes  
2198 da USP. Se olharmos a nosso redor veremos a representatividade no  
2199 Conselho, mas a sociedade brasileira tem 52% de negros, porém há poucos  
2200 negros presentes. Podemos ver a discrepância que essa Universidade carrega  
2201 em si e algo tem que ser feito para mudar isso. Essa fala vai no intuito não  
2202 somente de apontar esse problema que temos, mas de questionar as atitudes  
2203 que vamos tomar para reverter isso no quadro docente e discente. Afinal de  
2204 contas, fez-se alguns programas para inclusão social na USP que não lograram  
2205 êxito e que foram reformulados no início deste ano. E, embora o Magnífico  
2206 Reitor, em sua campanha para a Reitoria da USP, tenha declarado em diversos

2207 momentos que a USP iria discutir cotas, isso foi negado ao Núcleo de  
2208 Consciência Negra quando no final do ano passado e no início deste ano  
2209 reivindicamos a nossa participação no Conselho de Graduação, quando este  
2210 discutiu a pauta Vestibular. As reformulações no INCLUSP aconteceram,  
2211 esperamos que elas venham a ser bem sucedidas, parcial ou totalmente,  
2212 porque queremos que o ingresso de negros na USP aumente efetivamente e,  
2213 com isso, a longo prazo, revertamos esse quadro lamentável que vemos dentro  
2214 dessa sala hoje, de representação étnica racial. Mas acreditamos que o  
2215 caminho seja pela via das ações afirmativas, das cotas raciais e gostaríamos  
2216 muito de estar debatendo isso com os senhores, com as Comissões de  
2217 Graduação das Unidades e nos colocamos à disposição para estar somando  
2218 nesta pauta. Hoje tomou posse uma Comissão Permanente de Políticas  
2219 Públicas para Inclusão Social na USP a qual tem em sua composição alguns  
2220 componentes negros, como o Prof. Kabengele Munaga, Prof.<sup>a</sup> Eunice Prudente  
2221 e o Núcleo de Consciência Negra vem publicamente aos senhores parabenizar  
2222 pela criação dessa Comissão e pela indicação desses membros. Esperamos  
2223 que esta Comissão tenha o apoio institucional e abertura para levar adiante  
2224 esta pauta tão importante para a Universidade. Essa Comissão é formada por  
2225 sete membros indicados pelo Reitor e nenhum deles é representante discente  
2226 ou funcionário. O Núcleo de Consciência Negra que é uma entidade que  
2227 legitimamente vem tocando esta pauta, mas também não faz parte desta  
2228 Comissão, gostaria de propor ao Magnífico Reitor e aos Conselheiros  
2229 presentes que avaliem e conduzam essa questão para que a graduação, a pós-  
2230 graduação, os funcionários e o Núcleo de Consciência Negra tenham um  
2231 representante nesta Comissão e possam vir a somar na discussão dessa pauta  
2232 e conseguir conduzir a USP junto com os senhores e os seus representados  
2233 rumo à condição de maior democratização.” **Cons. Marcello Ferreira dos**  
2234 **Santos**: “Em primeiro lugar justifico a ausência dos Conselheiros Alexandre  
2235 Pariol Filho e André Luis Orlandin, que me ligaram em meio à reunião e por  
2236 motivos de saúde os dois não puderam participar da reunião do Co de hoje. Em  
2237 segundo lugar e seguindo um pouco a fala do Conselheiro que me antecedeu,  
2238 gostaria de expressar algumas demandas de uma parte considerável da  
2239 população negra que existe dentro da Universidade. Em alguns debates que  
2240 tenho participado não tem muito acordo quando se diz que na USP não há  
2241 negros. Existe negros na USP, a questão é que para encontrá-los é preciso  
2242 olhar para o outro lado da rampa do bandeirão, olhar quem faz a limpeza dos  
2243 nossos banheiros, onde na maioria das vezes, conseguimos encontrar a maior  
2244 parte da população negra. Os conselheiros que chegaram a observar as  
2245 manifestações que ocorreram no mês de março da Empresa União, uma das  
2246 empresas terceirizadas que presta serviços de limpeza, puderam perceber a  
2247 concentração de negros que existe dentre os trabalhadores terceirizados.  
2248 Achamos muito importante que a administração da Universidade reconheça os  
2249 problemas que nós apontamos já há alguns anos, do que a terceirização traz  
2250 de prejuízo, não somente para a Universidade, mas para esses trabalhadores.  
2251 E, em que pese o nosso Sindicato defendê-los, não consideramos que é  
2252 possível amenizar o problema da terceirização sem que esses trabalhadores  
2253 pudessem ter os mesmos direitos e os mesmos salários que os trabalhadores  
2254 efetivos da Universidade. Não consideramos que o nosso salário, diante do que  
2255 o próprio DIEESE diz que seria um salário necessário para uma família de

2256 quatro pessoas, que hoje gira em torno de R\$ 2.200,00, não consideramos que  
2257 o piso do setor básico, por exemplo, que é de R\$ 1.666,00, atenda as  
2258 necessidades e muito menos um salário de R\$ 480,00, como é o salário da  
2259 maior parte dos trabalhadores terceirizados daqui. Além disso, os servidores  
2260 técnicos e administrativos da USP têm alguns direitos que nem pagando o  
2261 preço mais caro esses trabalhadores têm dentro da Universidade. Se um  
2262 trabalhador terceirizado quiser almoçar em um restaurante universitário da  
2263 USP, mesmo que ele pague o ticket mais caro, que é o ticket de visitante, ele é  
2264 proibido de utilizar o restaurante. Essa é uma das propostas que reivindicamos  
2265 em vários momentos e não achamos isso uma proposta revolucionária – é  
2266 apenas para que esses trabalhadores tenham o mínimo direito de qualquer  
2267 pessoa, qualquer estudante ou trabalhador de poder utilizar os nossos  
2268 restaurantes. Por exemplo, para que as mães entre essas trabalhadoras da  
2269 limpeza não tenham que deixar do lado de fora ou pagar, com seus salários  
2270 miseráveis, alguém para cuidar de suas crianças e que possam utilizar,  
2271 inclusive, as vagas da creche da USP. Não consideramos isso absurdo, por  
2272 isso insisto. Também, na qualidade de Diretor do SINTUSP, já enviei um ofício  
2273 dirigido ao Prof. João Grandino Rodas, reiterando a nossa disposição e mais  
2274 do que isso, a nossa urgência em participar da comissão que venha a discutir  
2275 os problemas da terceirização, desde o SINTUSP e os membros  
2276 representantes do Co, porque consideramos essa uma das questões mais  
2277 urgentes para se tratar dentro da Universidade. Por último, gostaria de agregar  
2278 ao que o Cons. Leandro falou, em que pese o nosso Reitor tenha recebido uma  
2279 medalha Zumbi dos Palmares, o Núcleo de Consciência Negra ainda vem  
2280 sendo ameaçado de ter o seu espaço extinto. Quero relembrar isso, porque foi  
2281 uma resolução aprovada, inclusive, pela Comissão de Orçamento e Patrimônio,  
2282 de garantir ao Núcleo a permanência no seu local, pela contribuição e pelos  
2283 debates que têm sido feito há pelo menos 20 anos, do qual o SINTUSP tem  
2284 muito orgulho de ter ajudado a fundar. E hoje é um espaço que tem sido  
2285 ameaçado na sua própria existência. Não consideramos isto um mérito que a  
2286 Universidade possa ter de excluir um dos poucos lugares onde é feito o debate  
2287 sobre a questão negra aqui dentro. Reitero o pedido de resposta à nossa  
2288 participação na Comissão para que se discuta o problema dos terceirizados e  
2289 deixar remarcado essas propostas.” **M. Reitor:** “Apenas ao que tange ao  
2290 Núcleo de Consciência Negra, lembro que não há ameaça alguma, porque em  
2291 nenhum momento – e já foi dito – eles serão retirados a força do local onde  
2292 estão. A Reitoria da Universidade passou para a Comissão Permanente de  
2293 Políticas Públicas tratar com o Grupo e verificar o *status* que possam ter. A  
2294 única problemática é que até o momento, por razões que não conheço em  
2295 detalhes, esse Grupo nunca se legalizou dentro da Universidade, e isso é uma  
2296 questão necessária para a utilização de espaços dentro da USP. Temos mais  
2297 dois grupos raciais negros que são institucionalizados e, portanto, não é  
2298 impossível que este terceiro também seja. Cabe somente a eles se  
2299 submeterem a essas regras básicas, que todos se submetem, e pleitear o  
2300 *status* para terem uma ligação com a USP. O que não pode é qualquer um de  
2301 nós usarmos o nome USP, usarmos território, telefone, água, luz, para fazer  
2302 cursos cobrados, quando eles próprios criticam isso. Então, deixo claro que  
2303 não existe ameaça alguma, inclusive na reformulação dos barracões já está  
2304 decidido que eles ficarão lá - e eles sabem disso. Mas para pleitear locais

2305 dentro da USP que não sejam aqueles – é claro que eles vão ficar como estão,  
2306 com luz e água, mas ninguém vai poder, juridicamente, oferecer outro espaço.  
2307 Eles vão ficando lá, no meio da construção e justamente por isso, nada melhor  
2308 do que a Comissão de Políticas Públicas, composta não só por negros, mas  
2309 por japoneses, entre outros, tendo como Presidente, uma Professora da  
2310 Universidade, que foi Secretária da Justiça e de Defesa da Cidadania do  
2311 Estado de São Paulo, a Prof.<sup>a</sup> Eunice Prudente, que estão negociando com o  
2312 Núcleo de Consciência Negra. A Universidade está absolutamente aberta, não  
2313 há ameaça e, portanto, cabe a eles essa conversa e decidirem. Justamente por  
2314 isso foi que se deslocou esse lócus de negociação para algo que possa  
2315 compreender de maneira mais profunda essas questões todas e o que espero  
2316 é que o Núcleo de Consciência Negra possa, adequando-se às regras básicas,  
2317 vir a participar mais amplamente da Universidade. Não responderei às outras  
2318 questões, porque, como combinamos, elas virão respondidas por escrito. Com  
2319 referência às questões propostas nas outras reuniões, as respostas encontram-  
2320 se à disposição de quem desejar, por escrito e serão adicionadas na Ata desta  
2321 Sessão. Agradeço a todos por essa reiteração, em especial ao nosso decano.  
2322 Sei que nossas diferenças são grandes, mas tenho certeza que elas diminuirão  
2323 com o tempo. Agradeço a todos.” Nada mais havendo a tratar, o Senhor  
2324 Presidente dá por encerrada a reunião, às 17h30. Do que, para constar, eu,  
2325 \_\_\_\_\_, Prof. Dr. Rubens Beçak, Secretário Geral, lavrei  
2326 e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos Senhores  
2327 Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim  
2328 assinada. São Paulo, 5 de julho de 2011.